

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

*“Assistência social não dá lucro”*: desmontando as políticas públicas de assistência em Porto Alegre e Brasil

Discente: Eduardo Lewgoy Lochpe

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra Lílian Rodrigues da Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Porto Alegre, dezembro de 2018.

## **Glossário de siglas**

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência social

DRU – Desvinculação dos Recursos da União

EC 95 – Emenda Constitucional nº95

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSS – Orçamento da Seguridade Social

PSE – Proteção Social Especial

PSEAC – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SAF – Serviço de Atendimento Familiar

SUAS - Sistema Único de Assistência Social



## SUMÁRIO

<b>Glossário de siglas</b> .....	2
<b>Resumo</b> .....	3
<b>Agradecimentos</b> .....	5
<b>Carta aos leitores e leitoras desta dissertação: uma introdução</b> .....	6
<b>Uma carta-método: localizando essa investigação</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - Encontros, memórias e ferramentas</b> .....	14
Ver, falar e escrever sobre políticas públicas .....	14
Mudanças de percurso: composição de novas memórias.....	15
Percorrendo outras memórias .....	17
Compondo memórias: como e por quê .....	20
Um ensaio sobre o desmontável .....	25
O que estaria em vias de se (des) montar? .....	29
Sobre impeachment, bolsa família e o caminho da focalização .....	34
<b>Capítulo 2 - Sobre o Plano Plurianual da assistência social</b> .....	38
“Dar a outra face”: atravessamentos privados .....	41
<b>Capítulo 3 – Cartas para desmontar desmontes</b> .....	45
Uma carta para o “fundo público” .....	46
Uma carta para o “Novo Regime Fiscal” (EC 95) .....	49
Uma carta para a Professora Dra Inês Hennigen.....	52
Outra carta para a Professora Dra Inês Hennigen .....	54
Ver o nada, dizer tudo .....	56
<b>Anexos</b> .....	58
<b>Referências</b> .....	70

## **Agradecimentos**

À Professora Dra. Lílian Rodrigues da Cruz, paciente orientadora, com quem tive a oportunidade de aprender muito e trabalhar em conjunto durante minha trajetória acadêmica. Muito obrigado por essa oportunidade!

À minha mãe, Ana Beatriz Lewgoy lochpe, pelo apoio e carinho durante essa caminhada. Sem ti esse trabalho não teria sido possível!

Ao meu pai, Bernardo lochpe, pelo apoio na trajetória, perguntas sobre o andamento e preocupação com essa investigação. Aprendi contigo a importância de lutarmos pelo que acreditamos!

À minha querida irmã e colega de profissão Clarissa Lewgoy lochpe Herc que, mesmo morando longe, nunca deixou de me apoiar nesse período!

Ao meu avô Flavio Lewgoy (in memoriam), ser humano brilhante e lutador incansável pela saúde e o meio ambiente. Contigo pude aprender o valor do conhecimento, da crítica e da justiça nesse mundo tão desigual onde nos encontramos!

À Marcela Ribeiro Alves, pelo amor, carinho e acolhimento nas horas difíceis (foram várias). Obrigado por compartilhar tantas conquistas comigo!

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelas palavras de incentivo, discussões frutíferas, e críticas construtivas ao longo desse percurso!

Às professoras Inês Hennigen, Luciana Rodrigues, Anita Bernardes e Berenice Rojas Couto, por aceitarem os convites que realizei ao longo de minha caminhada acadêmica, e, acima de tudo, pelas contribuições potentes que fizeram ao longo deste trabalho!

Aos colegas e professores que pude encontrar nesse período de mestrado acadêmico. Desses encontros muitos questionamentos importantes surgiram!

Ao CAPES/CNPQ pela bolsa de mestrado no período final desta dissertação!

## **Carta aos leitores e leitoras desta dissertação: uma introdução**

Olá caros leitores e leitoras, como andam vocês? Escrevo com o objetivo de compartilhar um pouco dos meus pensamentos e andanças pelo mundo, mas, também, com a ideia de criar novos mundos. Aqui, neste escrito, parto de uma concepção em que somos criadores de mundos. Ao visibilizarmos determinadas questões fazemos uma aposta na mudança. Produzimos novas formas de enxergar, assim como acabamos fabricando o próprio objeto que supúnhamos estar vendo. Os efeitos dessas práticas partem de uma aposta ética-estética-política. Palavrão que significaria o quê? A ética seria o terreno onde nos perguntamos para que faço isso? Com que objetivos? A estética fala sobre a forma e os efeitos dessa criação, de que modo algo nos afeta. E a política, bom, seria a maneira que nossas relações impactam o coletivo da sociedade, o nosso entorno. Sim, sei que os conceituei de forma rápida e arbitrária. Sinto muito, mas ficaria grato em podermos conversar sobre suas concepções. Agora, lhes peço confiança, e paciência, que possam seguir lendo esse escrito com uma visão crítica e, ao mesmo tempo, aberta ao diálogo.

Ler, escrever, e pensar sobre as políticas públicas de assistência social, tema dessa dissertação, fez com que por diversas vezes eu tivesse que rever conceitos que julgava serem apropriados. Perguntas se transformaram em outras e novos caminhos foram sendo criados a partir dessas questões. Na presente carta, gostaria de lhes contar mais sobre os rumos que foram tomados nesta investigação. O que pesquisei, de que forma o fiz, e, também, como estruturei esse escrito. Dessa maneira, busco romper com uma velha forma de fazer ciência, em que os termos e jargões, e conceitos ininteligíveis, povoam os escritos acadêmicos, limitando-os e restringindo seu acesso a poucos privilegiados. Portanto, ao menos nessa carta e nas outras que vocês encontrarão neste trabalho (e, se possível, nos outros formatos ao longo deste texto), gostaria de me dirigir a vocês de modo simples, leve e menos formal.

A ideia de pesquisar as políticas públicas de assistência social surge em minha trajetória como psicólogo de diversas formas. Primeiro, venho de uma família de funcionários públicos do Estado. A partir da convivência cotidiana com meus pais, ao escutar seus dilemas e questões relativas ao serviço público, que aprendi a respeitar, e ter outra visão daquilo que tomamos por público. Meu avô, Flavio Lewgoy (in memoriam), que também foi funcionário público, sempre disse que queria devolver algo para a sociedade já que havia se formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição pública e gratuita. Dessa maneira fez de sua vida uma cruzada ética e política a favor das políticas públicas de saúde e do meio ambiente. Foi também com ele que pude, pela primeira vez, me deparar com um questionamento ético que levava em

conta, além de nossas condutas individuais, os efeitos políticos que essas produzem no mundo. Meu avô tinha uma postura que em muito me lembrava de um grande filósofo com quem tive bons encontros na universidade: Michel Foucault. As semelhanças entre eles, além de uma incansável busca pelo conhecimento e pela produção de um saber crítico, me ensinaram sobre a cautela que devemos ter ao julgar qualquer coisa, atentando para as lógicas que reproduzimos. Para Foucault, as relações de poder, relações que envolvem agir sobre as condutas de outros, não são boas ou más, mas perigosas, e, por isso, sempre temos algo a fazer. Isso quer dizer que muitas das instituições, regras, leis, prescrições das mais variadas, tem condições de possibilidade para existirem dessa maneira e não existem por si próprias ou como um bem em si. Tais questões não são naturais, por mais *naturalizadas* que estejam. Em Foucault, vi um apreço pela crítica daquilo que se quer dizer/fazer imutável, necessário. Já que como ele mesmo diz “nenhum poder é fundado nem em direito nem em necessidade” (FOUCAULT, 2014, p.72).

Postura parecida a que reconheci em meu avô. Nele habitavam muitos, leitor ávido que era; não tenho dúvidas que um pouco de Foucault e de outros tantos incansáveis na luta por mais justiça na sociedade, estavam junto com ele. Crítico, e jamais isento, meu avô não condenava as novas tecnologias, ou os chamados “progressos científicos”, apenas os considerava em seus efeitos. Questionava-os em sua suposta novidade e avanço. O que produziam? Como eram produzidos? Por quem? Com quais finalidades? Haveria outros modos? São perguntas que identifico como tendo uma base ética, crítica, que pretendiam desmistificar os ditos progressos, que, muitas vezes, traziam muito mais miséria e malefícios que suas promessas de melhorias.

Em segundo lugar, mas não menos importante, trago meu encontro com as políticas públicas de assistência social durante a graduação em psicologia. Ao realizar estágio por dois anos em um abrigo da prefeitura de Porto Alegre, para crianças e adolescentes, pude vislumbrar um pouco do trabalho em um serviço da ponta, lidando diretamente com os usuários e famílias, nas mais diversas condições. Esse tempo me possibilitou vivenciar, de modo breve, mas intenso, o que é trabalhar em equipe assim como em rede. Foi nesse serviço que tive contato com a experiência de “ser” e/ou “tornar-se” psicólogo. Ao produzir escritos que impactariam a vida dos sujeitos com quem trabalhávamos de forma direta, pude atentar para a responsabilidade dos profissionais psicólogos e demais colegas dentro de um serviço público.

Muitas justificativas eram utilizadas para afirmar que a institucionalização de uma criança/adolescente, em um abrigo, era a solução para garantir seus direitos. Para além dos motivos que levavam crianças ou adolescentes a um abrigo, buscávamos entender como esses podiam ser ditos, de que maneira, como eram sentidos e que efeitos produziam. Os encontros com

as diversas práticas da rede de assistência social, com as avaliações do judiciário, com as notícias veiculadas sobre a assistência social e demais políticas públicas, durante esse período, intensificou-se. Foi aí que decidi dar sequência a essa trajetória de (nem sempre) bons encontros em um mestrado acadêmico, extrapolando os pensamentos e ideias que tinha sobre as políticas públicas, a psicologia e a assistência social.

Entrei no mestrado com um pré projeto de pesquisa que falava sobre o acolhimento institucional, negligências e os possíveis caminhos e razões que eram dadas para executar e demandar a institucionalização de crianças e adolescentes pobres. Ao longo da minha trajetória acadêmica, de aulas, seminários e leituras diversas, pude pensar outras questões que me desviaram das rotas que pensava serem as corretas. Esses descaminhos passaram por minhas orientações com a Lílian e as conversas e discussões frutíferas com o grupo de pesquisa, assim como as contribuições que pude receber de diversos professores e colegas nesse percurso.

Fui, então, construindo, gradativamente, e com bastante dificuldade, um projeto de pesquisa. Nesse projeto eu pensei em pesquisar algo diferente do que havia anteriormente apresentado. Minha ideia era investigar os discursos da mídia impressa, na figura do jornal, sobre as políticas públicas de assistência social em Porto Alegre. Nesse caminho eu iria buscar os artigos, matérias, colunas que o jornal Zero Hora veiculava sobre esse tema. Eu havia entrado em contato com essa temática ao ler a dissertação de mestrado da Gabrielle Winter (2016), e isso me chamava atenção, na medida em que era visível o crescimento de um discurso privatizante que clamava por um sucateamento dos serviços públicos com ares de modernização. Era um discurso que desde o governo Dilma já me incomodava, mas com as eleições no Estado do Rio Grande do Sul, na qual o atual, e em breve ex, governador José Ivo Sartori saiu vencedor; o sucesso do golpe parlamentar na esfera federal; e a eleição de Nelson Marchezan Júnior em Porto Alegre; via que tal narrativa tomava maiores proporções, sendo ainda mais alardeada. A “ineficiência do Estado” era senso comum, sendo enunciada nos mais diversos lugares, com distintas razões e nunca trazendo a necessidade de melhores e maiores investimentos para a mesa. A solução para essa suposta ineficiência seria a redução de gastos, o equilíbrio fiscal, a austeridade. Tudo isso justificado devido à “crise” das contas públicas. A noção de que vivemos uma crise profunda tinha, nas propagandas de governo e nos meios de comunicação, grande visibilidade. Eu notava que tudo o que faltava nos serviços públicos era notícia... Não que isso fosse ruim, mas as vezes que pude ler ou ver alguma matéria que trouxesse um lado positivo do setor público foram poucas, pra não dizer inexistentes. Isso me fazia atentar para o que estava sendo dito, quais as soluções propostas, de que forma eram realizadas e como era feita a comunicação e a “fiscalização” da esfera pública.



Apresentada a proposta de pesquisa já mencionada para minha banca de qualificação, novos rumos foram sugeridos, a partir de provocações potentes, assim como outras leituras possíveis. A banca, na figura das três professoras, Anita Bernardes, Inês Hennigen e Luciana Rodrigues, apontou que eu poderia pesquisar a própria política como campo e objeto, não me limitando aos discursos e narrativas de Zero Hora, mas compondo com outras materialidades a investigação. Que eu pudesse rastrear a história do “desmonte” das políticas públicas de assistência social, as quais vêm passando por ataques e reduções de seu orçamento que as ameaçam como uma política pública para todos que dela necessitarem. Aceitei o desafio, apesar do receio de mergulhar nesse mar de possibilidades que é o desmonte da assistência. Minha colega de grupo de pesquisa, Bruna Battistelli, me fez atentar para a própria palavra “desmonte” e a quê o ato de desmontar/montar remetia. Realizar uma investigação sobre a desmontagem que sofre essa política pediria, também, uma espécie de montagem. Montar uma pesquisa envolve o recolhimento de materialidades, que podem ser documentos oficiais, ou notícias, dependendo o que queremos evidenciar com isso.

Desse modo, é através dessa carta introdutória que lhes convido a lerem essa investigação sobre as políticas públicas de assistência social. A pergunta que será a problemática desta dissertação diz: *como a política de assistência social sendo desmontada?* O período que delimita essa pergunta abrange os últimos três anos, 2016, 2017 e 2018, portanto o foco desse trabalho foi feito em cima de acontecimentos e materialidades desse período que detém relação direta com o tema. Além disso, foi trazido o exemplo do município de Porto Alegre, realizando uma análise do planejamento realizado nessa cidade. Para tentar responder ao questionamento colocado, efetuei a análise de documentos que norteiam essa política a nível nacional, mas também, no nível municipal. Ao longo dessa investigação, outras perguntas foram surgindo, complementares à pergunta inicial, fazendo com que me aventurasse por outros materiais possíveis de serem analisados à luz dessas questões.

Antes de iniciar propriamente os capítulos dessa dissertação, vi a necessidade de tornar explícitos os recursos metodológicos que foram usados. Dessa maneira, após a leitura dessa carta vocês encontrarão outra (e algumas outras depois também) correspondência, uma “carta-método”. A ideia é trazer pistas sobre o modo como esse processo investigativo foi constituído, explicitando a perspectiva, autores e procedimentos que foram usados nessa dissertação.

No primeiro capítulo, trouxe meu encontro com a temática dessa dissertação, as políticas públicas de assistência social. É com a ajuda das memórias de meu estágio em um abrigo, que tento apresentar certas narrativas e dizeres a respeito dessa política. A ideia é poder caracterizar o

problema desta pesquisa, apresentando as questões que foram surgindo ao longo do percurso investigativo.

É nessa parte inicial que exploro de forma mais detalhada, a perspectiva teórica aqui utilizada assim como os instrumentos e estratégias que têm sido utilizados para desmontar as políticas públicas de assistência social.

No segundo capítulo, realizo uma breve análise do Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, evidenciando as estratégias e modos de implementação que foram priorizados nesse município. Nesse capítulo colocarei em evidência informações que nos dizem sobre o modo como vêm sendo conduzida essa política no período de 2016 a 2018.

No terceiro capítulo, fiz uso novamente da escrita de cartas para abranger temáticas que conversam e circundam a temática dessa investigação. É dessa maneira que “encerro” a discussão apresentada aqui, visando a (in) concluí-la “pela metade” e de maneira dialógica, já que o recurso às cartas visa trazer, nessa produção, um gesto de diálogo e abertura de novos possíveis.

Espero que esse trabalho lhes convoque a pensar, criticar, questionar e estranhar modos de ver e dizer nossas políticas públicas de assistência no momento atual. Quem sabe assim possamos construir condições de possibilidade para desvios de rotas e destinos que se querem imutáveis, fazendo aparecer novas formas, novas vidas e mundos possíveis.

## Uma carta-método: localizando essa investigação

Olá novamente, sei que vocês já leram na correspondência anterior, no início desse trabalho, sobre a trajetória que pretendi realizar nesta investigação. Muitas coisas foram ditas de maneira superficial demais e achei conveniente aprofundar certas questões que não foram bem trabalhadas. Por tais questões, me refiro a duas coisas em particular que são muito caras a esse pesquisador e que, querendo ou não, estão fortemente entrelaçadas: o método e a perspectiva teórica. Bom, mesmo me repetindo algumas vezes ao longo dessa dissertação, vejo como fundamental deixar evidente os recursos metodológicos utilizados, como os usei, e de onde parti para realizar a presente pesquisa. A ideia é poder localizar essa investigação em termos de teoria, intencionalidades e objetivos, assim como os procedimentos utilizados no decorrer da pesquisa. Pensar em um método único, que serviria para as mais diversas investigações, não é a proposta aqui realizada. A ideia de um caminho previamente planejado para atingir certos resultados passa ao largo dessa investigação.

Em decorrência disso, o método entendido como caminho para se chegar a um resultado, não é um apriori da pesquisa. Pelo contrário é algo que pode ser revisto, retificado ou alterado durante o processo da pesquisa (NETO, 2015, p.413).

O terreno que abriga as questões desse trabalho é a própria política pública de assistência social. Dessa maneira, *documentos* como, por exemplo, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), dos quais também partiram as análises aqui realizadas, formam parte da rede discursiva que constitui essa política no presente momento. Da frase anterior, já se retira um recurso metodológico utilizado largamente em trabalhos investigativos: a análise documental. Nesse trabalho, a utilização de documentos formou a base que possibilitou as análises e as relações aqui evidenciadas. Portanto, nada de novidade em termos de método, apenas uma atitude e visão crítica na leitura dos documentos como as já citadas PNAS, o Plano Plurianual de Assistência Social de Porto Alegre (2018-2021), a Emenda Constitucional nº 95 que instituiu o Novo Regime Fiscal, o Plano Progredir, e as leis de diretrizes orçamentárias federais dos últimos três anos (2016, 2017, 2018). Além desses materiais, que já são cada um por si só um mundo, também utilizei notícias, disponibilizadas no site da prefeitura, do órgão gestor da política de assistência em Porto Alegre (FASC), assim como minhas memórias a respeito do estágio que pude realizar na mesma política. Aposto aqui em um procedimento que denominaria de *montagem investigativa*. A intencionalidade ao construir essa montagem foi colocar-me nos rastros das lógicas que estão atualmente operando na assistência social, que a enfraquecem enquanto política pública de direito e cidadania. Quando da escolha dos materiais que compõem a dissertação, parti da concepção que esse

“trabalho não se dá sobre um conteúdo neutro, independente de um observador; a própria seleção do material é já produtora de um mundo, é já analítica” (BARROS e BARROS, 2013, p.383).

As perguntas que ficam são: como conseguir realizar um mestrado, com tanto material, que mantenha um foco? Que consiga dar conta de um problema específico? Afinal, no meio de tantos materiais, os quais produzem tantas questões, como realizar essa investigação? Uma pista já foi dada anteriormente através da palavra em itálico do parágrafo anterior: montagem! Sim, a ideia dessa investigação é, basicamente, realizar uma montagem a respeito de uma desmontagem pelas quais vêm passando as políticas públicas de assistência social. A pergunta central aqui colocada não é por que tal desmontagem estaria acontecendo, nem o que é essa desmontagem, mas, sim, *como* está ocorrendo no presente (utilizados os marcos temporais de 2016, 2017 e 2018) esse desmonte. Portanto, ao se deslocar de uma procura por causas, razões, passei a colecionar certos materiais que apontavam como se dava essa operação, ou, pelo menos, davam pistas sobre esse processo de desmonte das políticas públicas.

Mesmo já deixando à vista quais materiais utilizo nessa montagem, é importante também explicitar a perspectiva de análise adotada nesse escrito. Tomando a ideia de cartografar como um método de pesquisa intervenção, pensei as análises aqui como produtoras de dados, e não como coleta. Como colocam Barros e Barros (2013, p.376), na pesquisa de orientação cartográfica a noção de que haveria uma neutralidade por parte do pesquisador é abandonada. Não se tenta desvelar sentidos ocultos, ou tratar qualquer assunto como se fossemos revelar suas verdades, a ideia é multiplicar sentidos, colocar novos problemas, fazer ver determinadas questões de um modo diferente do que estamos acostumados. Assim, a noção de uma “pesquisa pura” é deixada completamente de lado, já que a aposta é em uma intervenção crítica, que seja capaz de afetar a relação que o pesquisador mantém com o assunto estudado. Como nos dizem novamente Barros e Barros (2013, p.376/7), na análise proposta trata-se de evidenciar as relações que constituem determinado objeto e que o fazem emergir enquanto uma realidade possível. Dessa forma a ideia é que essa suposta realidade não seja tida como algo natural, mas sim com uma forma a ser analisada, colocada em questão. Chegamos então a um dos objetivos desse escrito que é a desnaturalização de processos, objetos, modos de ser que tomamos como naturais, mas que são, à luz da história, e de uma montagem investigativa, desconstruídos.

A desconstrução a que me remeto se dá a partir da problematização de objetos e processos. Parte-se de uma postura teórico-metodológica que rejeita os universais e as supostas essências para, a partir daí, proceder. Aqui seria injusto não mencionar um autor que esteve comigo durante todo esse percurso investigativo: Michel Foucault. Nos dizeres de Neto (2015, p.414) “Foucault em seu fazer como pesquisador, busca fazer surgir no que é considerado

universal, uma singularidade contingencialmente produzida.” É com esse grande filósofo que pude experimentar o não desvelamento do oculto, tomar as coisas por suas práticas, pelo que são e almejam em determinado período histórico. Sua prática investigativa realizou, a todo o instante, uma crítica de supostos universais, operação que tentei, pretensiosamente, realizar ao longo dessa pesquisa. Problematização é a palavra-método tão cara a Foucault e a suas ferramentas metodológicas. Ao problematizarmos, colocamos o que era, supostamente, um ponto sem discussão, natural, como uma questão, um problema conectado a diversos outros, resgatando a dimensão da contingência e não necessidade das coisas serem como são. Foucault se perguntava como chegamos a ser a diferença que somos hoje, através de quais práticas, estratégias, modos de ver, modos de falar. Ele é o filósofo da acontecimentalização, da evidência das múltiplas relações, acidentes, descontinuidades que possibilitam determinados eventos. A ideia nesse escrito foi também escrever com ele, Wacquant, Wittgenstein, e tantos outros que ajudaram a compor a espécie de mosaico investigativo aqui materializado.

Portanto, essa montagem não busca trazer à tona alguma verdade, até porque não seria coerente com a proposta apresentada. O objetivo foi poder evidenciar relações e pistas que certas materialidades nos indicam apontando como tem se dado o desmonte das políticas públicas de assistência. Obviamente trata-se de um exercício ensaístico, que se sabe provisório, aberto a revisão e a constante crítica a respeito de suas próprias possibilidades de construção. Não há a pretensão de esgotamento da multiplicidade que a política de assistência social, e os materiais usados nesse trabalho, apresentam. Pelo contrário, a aposta é justamente nos fragmentos e parcialidades que nos convocam a pensar de outra maneira.

Bom, vejo que pude tornar mais claro da onde parte essa investigação e as andanças que realizei tentando produzir diferenças e problematizações potentes. Espero que tenha sido esclarecedor. Abraço e boa leitura!

## Capítulo 1 – Encontros, memórias e ferramentas

### Ver, falar e escrever sobre políticas públicas

Por que eu me interesso tanto pela política? Para lhe responder simplesmente, eu diria: que cegueira, que surdez, que densidade de ideologia teriam o poder de me impedir de me interessar pelo assunto, sem dúvida o mais crucial de nossa existência, quer dizer, a sociedade na qual vivemos, as relações econômicas nas quais elas funciona, e o sistema que define as formas regulares, as permissões e as interdições que regem regularmente a nossa conduta? (FOUCAULT, 2003, p.111)

Quem olha desavisadamente o panorama político brasileiro, por exemplo, através das notícias veiculadas, tem a impressão de uma crise institucional grave; e de uma necessidade de corte de gastos. Nos noticiários nacionais, saltam aos olhos os ditos problemas que acometem os serviços públicos em nosso país: falta de pessoal, lentidão nos atendimentos, denúncias de corrupção, burocracia, déficit de estruturas e serviços. Frases como “político é tudo bandido, são todos farinha do mesmo saco”, “precisamos *gastar menos* com a máquina pública”, “nossas leis são muito antigas, é um *atraso para o desenvolvimento* do país”, são cada vez mais comuns. Propaga-se a nível federal, estadual e municipal, já há algum tempo, a necessidade de um investimento racional na máquina pública, um equilíbrio dos gastos estatais, visando à eficiência. Tornam-se corriqueiras notícias sobre as tais reformas federais, para que o *Estado gaste menos*. Dentro da esfera estadual, no Rio Grande do Sul, foram extintas fundações públicas como a Zoobotânica e a Fundação de Economia e Estatística (FEE), no intuito de diminuir o, muito alardeado, déficit das contas públicas. No âmbito municipal, também proliferam discursos sobre a *crise econômica* em que a prefeitura de Porto Alegre se encontra. “Quem poderá nos salvar?” “A que expediente recorreremos?” São perguntas que me ocorrem ao encontrar tais discursos referentes às crises econômicas das contas públicas. Esses parecem demandar soluções urgentes, que vêm para salvar o futuro incerto do Estado brasileiro. Um dito que se escuta com certa frequência é o bordão do “cortar na própria carne”. Mas, na carne de quem? Com que objetivos? E por que apenas em certos setores, muitas vezes os menos privilegiados? Um dos objetivos bastante veiculado, nos mais diversos meios de comunicação, é a recuperação fiscal dos Estados, e com isso, a retomada de suas possibilidades de investimento. Assim, tornou-se comum escutarmos que o Estado deve garantir um equilíbrio fiscal para poder aplicar recursos nas áreas básicas como educação, saúde e segurança. Mas e a assistência social, o meio ambiente, a cultura, a saúde, o esporte, como ficam?

É dentro desse contexto de uma gestão *econômica e eficiente*, no qual nos situamos que essa pesquisa faz parte. O objetivo dessa investigação é pensar a respeito do processo de desmonte pelos quais vêm passando as políticas públicas de assistência social nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018). A aposta aqui é na criação de outros possíveis, que esse escrito possa apresentar possibilidades de virmos a ser uma diferença do que somos hoje. Ao longo desse escrito, percorri algumas materialidades e documentos para entender como se dá esse processo, através de quais estratégias e como vem operando. No decorrer do percurso investigativo novas pistas foram produzidas e outros caminhos e perguntas foram abertos. Assim, compartilho aqui meus escritos sobre essa caminhada, suas mudanças, e rumos tomados.

### **Mudanças de percurso: composição de novas memórias**

Inicialmente, como exposto antes, apresentei uma proposta de pesquisa que investigaria as notícias, artigos e matérias de Zero Hora que falassem das políticas públicas de assistência social em relação à sua gestão/execução. Assim, queria investigar que tensionamentos de sentidos estariam sendo produzidos por esse jornal constituindo formas de ver e dizer essa política pública. Que concepções de política pública, de assistência, estariam sendo colocadas em jogo pelas diferentes notícias veiculadas por Zero Hora a respeito da assistência social? Essa questão me inquietava, na medida em que essa veiculação produz sentidos, significações e modos de enunciar essas políticas. Essas concepções, maneiras de mostrar e escrever sobre, acabam adquirindo estatuto de verdade fazendo operar um silenciamento de dissensos, causando efeitos nos modos de enunciar e fazer ver essa política, que, ao nos interpelarem singularmente, terminam, muitas vezes, por naturalizar certos funcionamentos. Dito de outra maneira, falar das políticas públicas de assistência social de um jeito, por exemplo, sem mencionar os direitos sociais vinculados a elas, e não de outro, faz com que se apresente uma versão dessa política em que lógicas e funcionamentos são naturalizados, fazendo os aparecer como necessários. Mais que isso, passa-se a ideia de que tal maneira é a natural, algo com que não concordo, já que à luz de aspectos sócio históricos isso pode ser desconstruído.

Então, em minha banca de qualificação, fui alertado pela Dra. Luciana Rodrigues, que existia o risco de produzir pouca diferença em relação ao trabalho de Winter (2016), evidenciando algo que já havia sido colocado por outra pesquisa. A autora trabalhou com um período de três meses de publicações do jornal Zero Hora percebendo que nesse jornal havia um tensionamento dos ditos sobre a *assistência como política pública e de direito*, e sua *prática como caridade, benesse* (p.49). A pesquisadora também atentou, no período em que produziu seus dados, para a produção, por parte dos discursos veiculados nesse jornal, de um sujeito da assistência, e de uma

miséria tutelada, alguém que “necessita da caridade da sociedade, sem que se fale de seus direitos” (p.50). Assim, é possível perceber que certas visibilidades engendram determinados modos de ver os sujeitos e a assistência social, assim como suas invisibilidades também. Mais ainda, poderíamos dizer que certas visibilidades e discursos criam determinados modos de subjetivação.

Sendo assim, me foi sugerido que pudesse compor minha investigação com outras materialidades. A professora Anita Bernardes colocou que eu poderia proceder montando a história dos enunciados dessas materialidades. A professora Inês Hennigen sugeriu um resgate de uma história do presente mais “próximo de nós”, do dito “desmonte” da política de assistência social, ou da própria possibilidade de (re) montagem de uma política pública de assistência dentro de uma racionalidade neoliberal revigorada após o golpe parlamentar-jurídico-midiático.

Assim, meu percurso investigativo passaria por compor outras memórias sobre os processos contemporâneos que vivemos em nossas políticas públicas, em especial a de assistência social. Então, reitero novamente a escolha ético-política de realizar essa investigação no campo da política pública de assistência social. Ao fazê-lo, busco fortalecer a dimensão dessa política enquanto pública e de direito, parte de nossa, constitucionalmente assegurada, Seguridade Social. Isso passa ainda por uma preocupação, que há tempos me acompanha, pelo momento crítico que vivenciamos; em que essas políticas passam por uma reorganização que as enfraquece no campo da cidadania, justificada pela promessa de uma suposta modernização em nível de gestão, que ocasiona seu enfraquecimento. Desse modo, esse trabalho visa também expor uma face da política que não seja apenas a de governo das populações pobres, mas, também, aquilo que se produz enquanto vida, apesar de toda a precariedade a que trabalhadores e usuários estão expostos. Que efeitos a produção de discursos através de variados meios de veiculação acarretam na forma de vermos, entendermos e conduzirmos essa política? Que pistas nos dá o atual Plano Municipal de Assistência Social sobre esse processo? São perguntas que me nortearam durante esse percurso de pesquisa.

Assim, não pretendo me manter dentro do terreno da mídia impressa e passo a pensar sobre aquilo que ganha visibilidade dentro do órgão gestor da política e sua comunicação. Surge o site da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da política de assistência no município de Porto Alegre, como uma materialidade possível para análise; em questão de operacionalização das políticas públicas, o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 o qual traz dados, estratégias e metas para a gestão da política no município de Porto Alegre; e, também, notícias do extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), compondo



uma rede que possa fazer emergir as práticas que tem afetado a política pública de assistência social e as estratégias utilizadas, recentemente, em sua condução. Outro caminho, o qual a Luciana Rodrigues apontara como potente, seria poder compor tais materialidades com as memórias, ou memoriais<sup>1</sup> que pude acompanhar e (co) produzir como estagiário em um abrigo para crianças e adolescentes. Nessa aposta, são outras versões da política que ganham visibilidade, que poderiam contrastar, ou não, com aquilo que é visibilizado pela mídia e outros meios. Assim, as memórias que foram produzidas em meu estágio na assistência social, também integrarão o material de análise como produtoras dos dados e tensionamentos que buscarei evidenciar.

Dessa maneira, gostaria de seguir no rastro de alguns processos do presente momento fazendo uma provocação: *como a assistência social tem sido, nos últimos três anos (2016,2017 e 2018), desmontada?*

Na próxima parte desse escrito deixarei em suspenso a pergunta acima. Isso não significa, de forma alguma, seu abandono, mas apenas uma pausa para poder contar-lhes a respeito de minhas memórias como estagiário de um abrigo, pertencente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade. Desse modo gostaria de poder compartilhar um pouco de meu percurso metodológico, bem como os encontros com a temática dessa investigação, as políticas públicas de assistência social.

### **Percorrendo outras memórias**

Como a epígrafe do filósofo Michel Foucault que inicia essa dissertação atesta, gostaria de começar contando um pouco a respeito do meu interesse e dos percalços e acidentes que possibilitaram a emergência da temática deste trabalho, as políticas públicas. Tive a oportunidade, durante a minha graduação em psicologia, de poder estagiar em serviços públicos. O último deles foi um abrigo residencial, para crianças e adolescentes, a Casa de Acolhimento<sup>2</sup> (também chamada de Abrigo Residencial Sabiá 7).

O abrigo, serviço próprio da rede de assistência de Porto Alegre, pertence à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ou seja, deve garantir

proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p.38).

---

<sup>1</sup> O memorial é abordado adiante na página 21 e 22 desse escrito.

<sup>2</sup> Tratarei como sinônimos, neste escrito, abrigo e Casa de Acolhimento.

Nesse local foram produzidas condições que possibilitaram a fabricação de certos questionamentos. Por exemplo, como a política pública de assistência operava através de seus serviços? Como os usuários do abrigo, crianças e famílias, enxergavam as intervenções da rede e dos variados serviços? Que concepções estavam em disputa no trabalho cotidiano dos profissionais da rede sócioassistencial? Quais efeitos eram produzidos? São perguntas que me movimentaram. As linhas que pude acompanhar, talvez, tenham contribuído para desenvolver uma curiosidade, e uma “vontade de saber” em relação a este vasto campo que são as políticas públicas de assistência social.

Não foi sem resistência minha trajetória dentro da assistência social. Embates, tensões, alianças, muitos momentos de incerteza, em suma, afetações. Não seria nos dedos de uma mão que poderia contar quantas vezes me senti perdido em meu trabalho no abrigo... Nossa tarefa, que consistia em acompanhar o percurso inicial das crianças que ingressavam no abrigo, através de conversas, entrevistas com a família, leitura dos relatórios dos serviços da rede que acompanhavam a família. Esse trabalho, não raramente, tropeçava em alguns percalços institucionais, a dificuldade de comunicação entre diferentes serviços e, também, a falta, ou abundância, de documentos e relatos sobre essas famílias (IOCHPE, 2015, p.18). Naquele período, comecei a atentar para aquilo que podia ser dito nos relatórios, guias e pedidos de acolhimento. Entendíamos os discursos como “o lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõe e das razões que se dão, dos projetos e das evidências” (FOUCAULT, 2003, p. 338). Ao fazer um apanhado dos relatos a respeito das crianças acolhidas e suas famílias, não os tomávamos como, necessariamente, verdades. Por que

o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p.10)

Desse modo, através de um trabalho que buscava as razões, justificativas, estratégias e percepções dos atores da rede sócioassistencial, assim como dos usuários atendidos, pretendíamos produzir uma escrita coletiva que apontasse rumos e possibilidades, aberturas possíveis. Esse instrumento de trabalho denominava-se *memorial de acolhimento*. O memorial funcionava conservando certas memórias, que, a todo o momento, poderiam ser modificadas, revisitadas, ressignificadas. O memorial, nas palavras de minha antiga supervisora, a psicóloga Mirela de Cintra, era uma espécie de mapa. Além de estar constantemente em construção, o memorial era um escrito que tentava mapear processos de singularização, trazendo a multiplicidade de perspectivas como uma questão para a análise. Dessa maneira ele acabava produzindo pistas e apontando possíveis caminhos e não destinos imutáveis. Para que fosse

possível coletivizá-lo, e como ferramenta na garantia de direitos, era fundamental a participação das crianças e famílias usuárias da Casa de Acolhimento em sua construção. Desse modo, ao conversarmos com essas, as quais tiveram uma medida que pressupunha o rompimento<sup>3</sup> de vínculos para, paradoxalmente, fortalecê-los, tentávamos entender a maneira como elas mesmas percebiam suas condições, seus direitos, desejos e sua relação com a rede sócioassistencial. O memorial que, inicialmente, era um documento de uso interno foi, gradativamente, se transformando e circulando por outros locais, incluso aí o Juizado da Infância e Juventude. Viu-se que operando a lógica do memorial, poderíamos elaborar outro documento inicial, previsto na lei 12.010/09, o Plano Individual de Atendimento (PIA).

Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente. (BRASIL, 2009)

Silva e Hüning (2013, p.152) apontam que “a elaboração do PIA vem ocorrendo de modo burocratizado (...) sem que parta necessariamente dos sujeitos atendidos”. As autoras se referem ao plano, que é exigido dentro de 15 dias, para os adolescentes ingressantes no sistema de medidas socioeducativas, mas, penso que, devido a certas ressonâncias entre as lógicas que operam em ambos os documentos, podemos nos utilizar de suas problematizações para pensar a respeito do PIA das crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

A passagem de memorial para PIA fez-se fundamental como ferramenta desburocratizante desse último. As operações realizadas faziam emergir perguntas, muito mais que respostas, e colocavam um documento, por vezes frio e pouco implicado, em um movimento de permanente (des)construção. Pretendia-se problematizar o que era dito sobre as crianças, e suas famílias, acolhidas institucionalmente. Como as famílias percebiam as intervenções? De que modo essas lhes afetavam? O que surgia dos encontros entre a rede de assistência e as famílias que essa acompanhava, ou deixava de acompanhar? Como a rede sócioassistencial<sup>4</sup> e a equipe do judiciário enxergavam essa família, se é que a enxergavam? Que razões eram dadas para

---

<sup>3</sup> Por pressuporem a fragilização dos vínculos envolvidos e a necessidade de institucionalização tanto o acolhimento institucional quanto o acolhimento familiar, enquanto medidas protetivas “são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 2009).

<sup>4</sup> Por rede socioassistencial a Norma Operacional Básica (NOB SUAS) define que essa “é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade” (BRASIL, 2005, p.94).

justificar a medida de acolhimento institucional, e como essas razões eram vistas pelos diferentes atores afetados, distintamente, por essas? Desse modo, objetivávamos atentar para as discursividades a respeito desses grupos familiares, tanto para restituir aos sujeitos usuários da política os discursos que produzem efeitos sobre suas vidas, quanto para entender como esses podem ser ditos, e por que dessa maneira e não de outra. Apostávamos que esburacando palavras tantas vezes repetidas, como *negligência*, *não adesão*, *famílias desorganizadas*, seriam abertos espaços para outras, que apontassem caminhos alternativos e garantissem os direitos à convivência familiar e comunitária das crianças acolhidas. Era comum a presença de escritos culpabilizantes nos diversos relatórios da rede de assistência:

“a família, apesar das inúmeras tentativas e conversas com a equipe do CRAS, não conseguiu dar conta das combinações realizadas, apresentando uma dificuldade de organização que põem em xeque sua capacidade de, sozinha, proteger seus integrantes. Sendo assim, pedimos que determine-se o acolhimento dos infantes” (relatório de serviço da assistência)

Foi nesse processo, durante minha formação como psicólogo, que começo a me sensibilizar para as narrativas, de usuários dos serviços e trabalhadores, no que tange às políticas públicas. Assim, fui construindo memórias a respeito das políticas públicas de assistência social que contrastavam com aquilo que eu podia ler em relatórios, ou nos próprios documentos da política.

### **Compondo memórias: como e por quê?**

A ideia de memorial, exposta, brevemente, acima, traz a potência dos discursos e narrativas na construção de memórias que produzem efeitos sobre o modo como vivemos. Dito isso, ressalto a importância da construção coletiva das memórias de nossas políticas públicas. Pois, ao nos localizarmos em um terreno marcado pelas disputas de projetos políticos, podemos atuar de maneira a tensionarmos os sentidos hegemônicos a respeito, por exemplo, da assistência social. Faço a aposta que esse escrito possa entrar nas disputas de sentido dessa política, fazendo desnaturalizar pretensos sentidos que tomamos como evidências. Assim, pretendo visibilizar o plano comum e coletivo que compõem nossas políticas públicas (BARROS e PIMENTEL, 2012). Desse modo, pretendo contribuir para a produção de memórias que influenciem nossos modos de ver e dizer as políticas públicas, em especial, a de assistência social.

Via de regra, o que se vê, no que toca às políticas públicas de assistência social, é um processo de desresponsabilização do Estado por essa política social, imprimindo a ela um caráter assistencialista e paternalista, e, muitas vezes, culpabilizante. Relatos como o que exponho a seguir eram rotineiros nos documentos.

Estando as crianças expostas a negligência dos pais, faltando as aulas, ficando soltas na comunidade, e sendo vistas por transeuntes nas sinaleiras, entendemos que a solução para garantir-lhes os direitos passa por seu acolhimento urgente. Já que mesmo comunicando aos progenitores, por diversas vezes, que deveriam realizar um acompanhamento com a rede de assistência e demais serviços públicos persiste uma apatia no lido com as questões já comentadas (relatório da rede de assistência)

Trago, para ilustrar essa colocação, uma memória sobre a experiência de estágio que pude vivenciar em uma Casa de Acolhimento.

Meu primeiro acompanhamento de caso no abrigo, com a respectiva coprodução do memorial de acolhimento, deu-se com uma adolescente, acolhida devido a uma denúncia de abuso sexual e exploração infantil. Quando de seu acolhimento, a adolescente encontrava-se sobre os cuidados de uma amiga, que estava responsabilizando-se por seu cuidado e provisão. Depois de múltiplos relatórios da assistência, e outros equipamentos da saúde, pedindo pelo acolhimento institucional da menina, encaminhados ao Ministério Público, o judiciário determina o abrigamento e expede a guia de acolhimento<sup>5</sup> da adolescente.

Tudo estaria conforme as legislações se não fosse por um detalhe já mencionado, a falta de coordenação das autoridades públicas e a rede sócioassistencial. Quando a adolescente foi acolhida, estava sobre os cuidados de uma amiga, jovem adulta e residente da mesma comunidade. Nada constava sobre ela nos relatórios que foram enviados ao abrigo pelos serviços da rede. O vínculo que as duas demonstravam parecia ter sido menosprezado nas narrativas oficiais. Mais tarde, com a escuta da adolescente, e o interesse de ambas em viverem juntas, decidiu-se por determinar a guarda da jovem para essa mesma pessoa com quem já detinha vínculos. A supostamente “necessária” medida judicial de acolhimento, acabou por, naquele momento, violar os direitos da garota à convivência familiar e comunitária, tendo em vista que havia um desconhecimento da rede local da situação presente. Quando vivendo com essa amiga em sua comunidade, a adolescente não estava sobre risco, e, tudo indicava haver um vínculo de fortes proporções entre elas.

A falta de articulação entre serviços, a alta demanda de famílias e usuários, processos vinculados a precarização do trabalho, formavam um caldo rico para a produção de desarticulações, assim como para as soluções mais pragmáticas, que nem sempre conseguiam respeitar os direitos e desejos daqueles com quem lidavam. Era comum a instituição de

padrões de famílias, de respostas, e exige-se da população o enquadramento nas regras institucionais, encobrendo-se a realidade e negando-se à população usuária o direito a reconhecer-se como sujeito de direitos. (COUTO, 2015, p.674)

---

<sup>5</sup> “§ 3º Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária” (BRASIL, 2009).

Esse caso, o primeiro de muitos que tive a infelicidade de presenciar a respeito de violações de direitos e acolhimentos mal feitos por parte da rede socioassistencial e poder judiciário, ilustra o tipo de memórias que pude criar como estagiário de um abrigo público; que, diga-se de passagem, contava com uma equipe, majoritariamente, terceirizada. Os desencontros entre os serviços da rede, e o poder judiciário, eram rotineiros na instituição. A dificuldade de uma horizontalidade nas relações entre os serviços, as quais eram marcadas por, muitas vezes, uma falta de diálogo, e desresponsabilização por casos ditos “encaminhados”. Havia casos em que a rotatividade de profissionais, situação sabidamente prejudicial para o estabelecimento de vínculos, operava como um verdadeiro “telefone sem fio” entre os serviços, fazendo surgir lacunas e trabalhos feitos pela metade, ou, até mesmo, não realizados.

Não foram uma ou duas vezes que foram recebidos grupos de crianças para serem acolhidas sem um trabalho prévio da rede, ou qualquer atualização da situação em que se encontravam. Quando havia um processo em andamento era possível recebermos prontamente um documento do Juizado da infância e Juventude, a Guia de Acolhimento<sup>6</sup> documento obrigatório por lei, e o qual vinha, em muitos casos, tardiamente, e, em geral, com ausência de informações fundamentais para um início de trabalho. Mirela de Cintra (2014, p.4) diz que os documentos, relatórios e escritos, assim como a ausência desses,

irão compor o prontuário do sujeito atendido e oferecem um discurso a ser lido, para além dos textos que, muitas vezes, são produzidos apenas para dar conta de uma obrigação formal (CINTRA, 2014, p.4).

Dessa maneira, todas as produções da rede socioassistencial, e do judiciário, eram lidas como discursos a serem problematizados em sua possibilidade de enunciação. O que era dito, como era dito e por quem era dito eram questionamentos que assumíamos como fundamentais ao fazer o resgate da história e do percurso das crianças acolhidas. Como esses dizeres eram percebidos pelas famílias atendidas e pela rede que os atendia também eram indícios importantes para esse trabalho inicial.

Era comum o referenciamento a outros serviços como uma maneira de “livrar-se dos casos”, produzindo tensões na rede e um legítimo “empurra-empurra” de um serviço para outro. Com essa desarticulação da rede colocada e um trabalho cada vez mais precarizado, tendo em vista a

---

<sup>6</sup> Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar. (BRASIL, 2009)

demanda crescente de acolhimentos, ganha fôlego um discurso prescritivo a respeito da garantia de direitos. Forma-se desse modo a equação perfeita para o surgimento do acolhimento institucional como solução para violações. Direitos são violados para, paradoxalmente, garantir-lhes.

A primeira impressão da política que pude experienciar trazia a dimensão da falha, ineficiência e punitivismo que o Estado tantas vezes apresenta quando se trata de garantias dos direitos das populações mais vulneráveis. Mas também, foi possível enxergar o déficit de investimento que os diversos serviços da rede socioassistencial padeciam. Falta de funcionários e instalações adequadas, demanda alta demais para a equipe entre outros.

Nos diversos relatórios que pude ler, saltavam aos olhos a colocação do acolhimento institucional como a solução para a garantia dos direitos das crianças referidas. Evidenciava-se, principalmente, a falta de adesão das famílias aos programas e aos serviços públicos oferecidos, colocando-as, muitas vezes, como culpadas das violações sofridas, e como negligentes.

Devido ao risco que os infantes estão expostos, a não adesão da mãe aos atendimentos, requeremos que os adolescentes sejam acolhidos para que assim se possam garantir seus direitos (trecho comum em diversos relatórios com que tive contato)

A ideia de que as famílias pobres eram culpadas pela situação de negligência em que seus filhos estavam situados estava bastante presente nos relatórios dos serviços demonstrando que, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente,

as intervenções jurídicas e sociais continuam a punir os pobres, por exemplo, com a destituição do poder familiar, com abrigamentos apressados, com a imposição de normas de conduta (NASCIMENTO, 2012, p. 40).

Oliveira (2013, p.17) relata um caso de acolhimento na mesma instituição em que estagiei, trazendo para a cena uma história semelhante à relatada antes, no que diz respeito aos distintos tempos de instituições e usuários dos serviços sócio assistenciais. O acolhimento em questão deu-se devido ao uso de crack pela mãe, que já estava, no momento da decisão judicial que determinou o acolhimento de seus filhos, em tratamento e sem utilizar a substância há algum tempo, mas o autor traz que

O tempo dos aparelhos jurídicos é diferente do tempo da vida dos sujeitos. Quando o oficial de justiça apareceu para conduzir os adolescentes até o abrigo, meses depois, ela já estava sem utilizar crack (OLIVEIRA, 2013, p.17).

Ao compormos um memorial com memórias formadas através de diferentes narrativas, podíamos ressignificar aquilo que, aparentemente, surgia como evidência. Em outras palavras, produzíamos um estranhamento daquilo que à primeira vista pareceria como natural. Dessa maneira, a ideia de memória passa também por um deslocamento, não se referindo aquilo que foi

apenas registrado, mas sim abrindo caminho para uma desnaturalização, produzindo perguntas sobre os modos como são possíveis que certas narrativas sejam ditas enquanto outras não. Como é possível que determinadas memórias perdurem enquanto outras são relegadas a um segundo plano? A memória aqui é entendida como parte de uma dimensão coletiva, que produz e tensiona sentidos sempre em construção. A memória produz sentidos assim como esses também são produtores de memórias.

Os sentidos que damos aos acontecimentos, os registros que fazemos, as estratégias que utilizamos para realizá-los, são parte de múltiplos atravessamentos históricos e institucionais, que, para além de meros arquivos, produzem modos de vida no presente. Ludwig Wittgenstein, filósofo que pude conhecer graças a uma disciplina cursada durante meu percurso de mestrado, diz que os sentidos não existem anteriormente aos objetos. Isso quer dizer que as palavras não são espelhos dos objetos, ou seja, não existem significados universais e naturais, sendo esses construídos histórica e institucionalmente através de *jogos de linguagem*. Ao realizar a afirmação de que não há sentidos universais, Wittgenstein propõe uma teoria do conhecimento e da linguagem onde os sentidos são construídos através dos jogos de linguagem. Dessa forma, os sentidos das palavras, para o autor, não podem ser dados a priori, já que é justamente utilizando-os que se torna possível analisá-los.

Uma palavra não reflete um objeto e o sentido de uma palavra não pode ser observado ao olharmos sua associação com um objeto específico. O sentido de uma palavra é nada mais que o papel que essa está realizando em um jogo de linguagem específico [...] (MEYER, 2009, p.905, tradução minha)

Trago a reflexão anterior para poder colocar em evidência a perspectiva teórica e de produção de conhecimento que baliza essa investigação. Não se tratará de buscar sentidos universais, ou aquilo que supostamente significariam os documentos e materiais que utilizarei nessa escrita. Tampouco tentarei esgotá-los em sua multiplicidade e complexidade. A ideia é justamente poder compor uma investigação que tensione os sentidos pretensamente únicos e universais atribuídos às políticas públicas de assistência social. Fazendo aparecer outras dimensões das práticas de assistência, podemos enxergar o campo de disputa e debate de projetos na arena dessa política. Ao fazer isso, a aposta aqui é em uma tomada de posição, crítica, à medida que não tomará como verdades nem aquilo que será analisado e tampouco os resultados dessa análise. Trata-se sempre de uma perspectiva local, provisória, em constante mudança e a qual vê na escrita, e na análise, uma possibilidade de problematização de situações pretensamente universais. Assim, não faz sentido falar em coleta de dados dentro de nossa perspectiva teórica, mas sim de uma produção. Aquilo que tomamos comumente como dados



dentro de uma investigação, aqui, foi tomado como materialidades as quais são atravessadas e constituídas por linhas históricas, políticas, e sociais.

Então, escolher realizar uma pesquisa no campo das políticas públicas de seguridade social, em um momento que essas passam por uma reorganização que as enfraquece no campo da cidadania, passa também por evidenciar uma dimensão ética e política que as coletiviza produzindo novas formas de entender nossa situação presente. Passa por produzir novas memórias e formas de enxergar nosso tempo atual. Passa por ressignificar pretensos sentidos universais, desnaturalizando ideias que se querem dizer sem história, necessárias e já dadas. Dessa maneira, esse trabalho se propõe a entrar na disputa semântica no campo das políticas de assistência, perguntando-se como essa política tem sido desmontada a nível federal e municipal nos últimos três anos (2016, 2017, 2018). A aposta aqui é na possibilidade de criação de novos sentidos e mundos, que produzam efeitos sobre a maneira como enxergamos a condução da assistência; que sejam produzidos questionamentos sobre o modo como gerimos e (des)montamos nossas políticas públicas. Que memórias puderam e podem ser construídas no campo da política de assistência social em Porto Alegre? Como tais memórias podem ser articuladas por essa política? Como são capazes de produzir efeitos que vão desde o fortalecimento da política em sua noção de cidadania, mas, também, o enfraquecimento dessa mesma dimensão?

Nesse ponto, gostaria de retomar a pergunta que fizemos no início dessa dissertação: *como a assistência social está sendo desmontada?* Para respondê-la, ou, ao menos, colocar-me nos rastros dos processos que estão ao seu redor, me utilizarei do recurso do ensaio, que a seguir explicarei. A ideia é poder ensaiar esse rastreamento a partir de uma coleção de materialidades, as quais detém relação direta com a temática, que podem expandir essa pergunta, fazendo-a produzir outras questões que dialoguem entre si, fabricando, assim, outras problemáticas e pistas.

### **Um ensaio sobre o desmontável**

[...] *não* é tanto uma resposta às mudanças econômicas quanto um *exercício do governo*, voltado para a produção dessas mudanças e, em seguida, para a adaptação a elas. (WACQUANT, 2007, p.184, grifos do original).

Se é verdade que manifestei interesse pela disputa de sentidos no campo da assistência social e os projetos eminentemente políticos que os atravessam, é porque entendo que esses produzem efeitos nas maneiras como essa política é percebida, avaliada e produzida. A assistência social, ao ter tensionados seus sentidos por diversos atores, como a mídia, as

legislações, e suas próprias normativas, revela um campo de disputas e complementaridades. Na história recente de nosso país podemos perceber movimentos que foram alargando o tema da política social como algo que disse respeito tanto à saúde da população/território quanto à ideia de que o desenvolvimento da nação traria consigo o desenvolvimento social. Hoje ainda é possível enxergarmos essas linhas higienistas e desenvolvimentistas com seus efeitos nas políticas, programas, notícias, modos de nos relacionarmos com a pobreza em nosso país. Há certo modo de operar que, de modo contrário ao que uma lógica linear nos levaria a pensar, não se mantém historicamente. Com isso não quero dizer que não haja semelhanças entre a assistência enquanto prática caritativa e as políticas públicas de assistência social. Quero, apenas, reiterar que, na perspectiva adotada aqui, não há uma linha evolutiva dessa política, da caridade à política pública, por exemplo. Caridade e políticas públicas de assistência social são coisas diferentes, por mais que dialoguem e tenham uma história intrincada. E essa diferença dá-se nos objetivos perseguidos por cada uma, e a forma como esses objetivos serão alcançados. Falar em uma política pública de assistência social se faz possível à medida que o conceito de caridade é deixado de lado, já que, em uma perspectiva estratégica, ele há muito já deixou de ser suficiente para dar conta da questão a que se propõe resolver.

É a partir da década 80, com a promulgação da Constituição de 1988, e, posteriormente, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, de 1993) que podemos enxergar a assistência emergindo enquanto uma política pública. Enquanto uma política social que compõem o tripé da seguridade social, com a saúde e a previdência, ela teria assegurada, ao menos constitucionalmente, sua condição de direito e cidadania.

Mesmo assim, é possível enxergarmos movimentos que vão na contramão de uma assistência social pública, imprimindo um caráter paternalista, caritativo e filantrópico à essa política. De que modo isso ocorre? Ao atentarmos para a história do Brasil, podemos enxergar nítidas relações entre ações de cunho caritativo com aquilo que se tornaria a nossa política de assistência. O Estado, na maior parte do tempo, esteve ausente perante parcela significativa da população brasileira, repassando essas tarefas às entidades civis e religiosas. Com a LOAS promulgada e, na seguinte década (2004), a publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que estabeleceu o SUAS, esse *modus operandi* estava para ser modificado.

O processo de implementação do SUAS, mesmo permeado por conflitos e disputas e dependente da interação de grande número de atores, dinâmicas políticas e territórios diversificados, tem sido capaz de operar expressivo volume de benefícios monetários e ampla rede de serviços, especialmente devido ao desenvolvimento de múltiplas dimensões de capacidades institucionais e normativas. (JACCOUD, BICHIR e MESQUITA, 2017, p.49)

Mas, é com um discurso de ajuste fiscal, contingenciamento, prioridades, parcerias público-privadas que se tornam notórios movimentos contrários aos princípios estabelecidos por esses documentos. Como isso se dá? Como se torna possível que, mesmo com diretrizes e princípios estabelecidos em lei, a assistência tenha seu caráter universal e público ameaçado? Essa ameaça consistiria em uma possível inviabilização dessa política pública? Inviabilizá-la dessa maneira seria viabilizá-la de alguma outra? De que maneira tem se dado esse processo de desmonte de uma assistência social pública para todos que dela necessitarem? São perguntas que me norteiam.

Essas também são questões que já fiz durante algum tempo nesse percurso de mestrado. Colocando de modo mais simples: como política pública de assistência social está sendo desmontada, nos últimos três anos? Bom, penso que para algo ser desmontado implica que tenha sido montado alguma vez, o que ocorreu de formas muito distintas nos municípios em que o SUAS foi implementado. Essa diferença decorre da própria diversidade regional de nosso país em que há “que se considerar, ainda, que municípios, estados e mesmo regiões do país não são espaços homogêneos, mas compõem diversidades e desigualdades” (BRASIL, 2008, p.44)

Então falar em desmonte total da assistência também soa estranho, já que não há “uma” montagem dessa política, mas diferentes arranjos possíveis por determinadas circunstâncias. Portanto, arrisco que se poderia falar de montagens/desmontagens das assistências, os quais são, certamente, ligados às políticas federais e às definições concretas<sup>7</sup> sobre o orçamento público e os repasses financeiros. Mas, que também se agenciam a outras estratégias locais e regulamentações que variam caso a caso.

Nesse escrito o processo de desmonte será analisado através de materialidades que trazem pistas sobre como esse processo tem ocorrido a nível nacional e também municipal. Vejo que falar de um “desmonte” da política de assistência se realiza através da compreensão de que há nesse processo, que escolho por ora nomear de desmonte, uma multiplicidade inapreensível e, portanto, escolhas de percurso que priorizam certas perspectivas em detrimento de outras. Sendo assim, a aposta aqui é em uma perspectiva que se assume “parcial” (HARAWAY, 1995), não totalizadora, e provisória.

Tal situação da pesquisa como uma “montagem situada” sobre uma desmontagem, evidentemente também localizada, as quais podem operar devido a certas condições de possibilidade presentes, faz pensar o que está em vias de ser (des) montado pelas práticas contemporâneas referentes às políticas de assistência. Seria tal montagem investigativa possível

---

<sup>7</sup> Refiro-me ao próprio valor financeiro que é destinado a essa política no orçamento da União, tanto de modo absoluto (o total do montante) quanto relativo (comparado aos exercícios anteriores).

de efetuar-se como um ensaio? É uma provocação que me fez pensar sobre o modo como essa investigação pode se constituir. Larrosa traz o ensaio também como uma forma de nos relacionarmos com o presente. As condições que nos permitem produzir/escrever enquanto pesquisadores, assim como o quê escrevemos, permitem produzir mudanças em nosso contemporâneo. No ensaiar trata-se de dar forma a uma experiência do presente (LARROSA, 2004), pensar aquilo que produzimos enquanto provisório, vivo, produtivo.

Assim, ao optar por realizar um “ensaio sobre o desmonte” pode ser que isso produza outra coisa nesse percurso, já que o próprio método presente é colocado como problema. A crítica se faz como operação incessante dentro de uma escrita que se quer ensaística e que pretende problematizar o modo como essa mesma escrita é produzida, e o que ela mesma venha a produzir.

Desse modo faz-se interessante remontar a rede que possibilita a enunciação da política pública de assistência social como “mais um gasto”, nas palavras do prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, em palestra realizada no dia 27 de fevereiro de 2018<sup>8</sup>. Nesse ponto gostaria de fazer uma importante observação. Não se trata de negar os custos que qualquer política/serviço gera, mas sim de evidenciar a rede discursiva e não discursiva que possibilita práticas de inviabilização do caráter de cidadania atribuído a essa política. É notável que, com a institucionalização do SUAS, foi dado um grande passo na direção da universalização da assistência. Ainda assim, ao longo de sua construção, é possível enxergarmos as tensões entre sua noção como direito de cidadania ou como solidariedade. Como nos diz Maria Luiza Mestriner (2001, p.14), “assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra”.

Podemos enxergar um rastro dessa íntima relação, por exemplo, ao atentarmos para uma fala, que trago a seguir, retirada do portal da Prefeitura de Porto Alegre.

Roupa de criança e adolescente se deteriora mais rápido, porque brincam, sujam com comida, na escola. É ótimo *poder contar* com essa *ajuda* (site da FASC 2018, grifos meus).

No dizer dessa coordenadora de um abrigo da rede própria ao comentar sobre as roupas recebidas do projeto Manobra Solidária, existente desde 2004 na capital, podemos vislumbrar uma experiência conhecida pela maior parte das pessoas que convivem com crianças e adolescentes: a pouca durabilidade de suas roupas. Colocada essa questão, porque não *poder contar* com a *ajuda* de quem pode e quer realizar essa boa ação? A ideia de que a assistência social depende da

---

<sup>8</sup> Disponível em <[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/02/politica/613665-marchezan-quer-fim-de-carris-e-fasc-e-vender-procempa.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/02/politica/613665-marchezan-quer-fim-de-carris-e-fasc-e-vender-procempa.html)>

caridade, da sociedade e das pessoas de bem, se encontra veiculada pelos próprios órgãos públicos que realizam a gestão dos serviços, como a fala dessa coordenadora pode evidenciar.

Aquilo com que se conta inicia com as condições do lugar onde se vive e não meramente com a condição individual. Supõe o apoio da família, da parentela, da vizinhança, de eventuais grupos solidários locais, *mas não exige, em absoluto, a presença dos serviços estatais.* (SPOSATI, 2016, p.10, grifos meus)

Dentro da esfera municipal a política de assistência foi construída como parcerizável, terceirizável, e por que não, economizável. São termos que vem definindo o rumo dessa política pública assim como de outras. Faz sentido, dentro de uma realidade em que o Estado, na figura do prefeito, faz pronunciamentos recorrentes sobre a crise fiscal nas contas públicas. Diminuir gastos, nessa lógica, seria a solução para continuarmos prestando serviços essenciais à população que mais precisa. Mas não seriam aqueles que mais necessitam os primeiros a sentirem os efeitos dessa redução de gastos, dessas parcerias entre Estado e Sociedade Civil, na forma de entidades sem fins lucrativos! Não seria isso uma maneira de possibilitar que aquilo que é, por lei, não contributivo, universal, e que visa à garantia de direitos, se torne precarizável e desmontável? Talvez uma pergunta militante demais...

## **O que estaria em vias de se (des) montar?**

Art 2 Parágrafo único

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993)

Guimarães (2017) traz a ideia de que uma análise sobre as políticas sociais deve, necessariamente, partir da relação que essas políticas estabelecem com outras políticas públicas, além da relação com as políticas econômicas. A partir dos trabalhos de Loic Wacquant que associa as políticas sociais ao braço punitivo do Estado, como sendo dois lados da mesma moeda, o autor faz um paralelo com a realidade brasileira. No caso brasileiro houve um aumento significativo no número de presos nos últimos 20 anos

Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157% no Brasil. Em 2000 existiam 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em Junho de 2016, eram 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes (INFOPEN, 2017, p.12).

À medida que se propaga uma diminuição e contingenciamento de verbas públicas para áreas sociais, isso não se materializa em um corte de verbas para outras áreas. A área da segurança pública viu criar, por meio da lei 13.675 de junho de 2018, um Sistema Único de Segurança Pública com vistas a padronizar e qualificar a área em todo o país. Será que

estariamos em um período de retração dos investimentos sociais e aumento dos investimentos em aparelhos penais? Com o tempo saberemos, mas a garantia de recursos para a segurança pública passa também pelo discurso da segurança e da criminalização de grupos historicamente prejudicados em nosso país. Não é a toa que há uma sobre representação dos negros na população carcerária, com esse grupo compondo sessenta e quatro por cento da população presa (INFOPEN, 2017, p.32). O Brasil da expansão do Estado penal, passa pela seletividade das políticas punitivo-penais a grupos marginalizados e alijados muitas vezes de direitos básicos, como atestam a baixa escolaridade, e o alto índice de pessoas aguardando, presas, seus julgamentos e sentenças<sup>9</sup> (INFOPEN, 2017, p.13 e p.33).

Falando da desresponsabilização estatal pelos direitos sociais, garantidos na Constituição de 1988, não poderia deixar de mencionar à emenda constitucional nº 95, a qual instituiu o Novo Regime Fiscal (BRASIL, 2016)

No Brasil, com a EC 95 e a retomada do crescimento econômico, o resultado será a redução do gasto público com políticas relevantes em relação ao PIB, o que significa menor esforço do Estado para garantia dos direitos sociais (VIEIRA e BENEVIDES, 2016, p. 23)

Com a vigência dessa nova regra, os gastos com as políticas públicas, como a assistência social, saúde e educação, seriam afetados de maneira direta, ocasionando a redução dos investimentos estatais.

Nesse novo contexto político, destaca-se a Emenda Constitucional nº95/2016, que institui um Novo Regime Fiscal (nrf) no âmbito da União para os próximos vinte anos, com congelamento, em termos reais, das despesas primárias, e projeta redução real dos gastos nas quatro principais políticas sociais, configurando um movimento de transformações de longo alcance e profundidade na saúde, educação, previdência social e assistência social. (JACCOUD, BICHIR e MESQUITA, p.49, 2017 apud PAIVA; JACCOUD; MESQUITA, 2016; VIEIRA; BENEVIDES, 2016; ROSSI; DWECK, 2016).

Assim, se impõem “uma ruptura na trajetória de consolidação do estado do bem-estar social” (VIEIRA e BENEVIDES, 2016, p.23) que, mesmo com tensionamentos importantes e déficits de investimento, se encontrava em relativa expansão. Segundo uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a assistência social poderia perder a cifra de 868 bilhões de reais nos próximos 20 anos, com a vigência do teto de gastos (PAIVA et al, 2016, p.4).

Torna-se importante evidenciarmos que tal medida não se trata de algo necessário para o país, mas uma escolha política de enfrentar um problema nas contas públicas pelo lado das despesas primárias, como saúde, assistência e educação. A estratégia é o equilíbrio de contas, mas, tragicamente, não o de sua população.

Nesse sentido, uma estratégia de ajuste fiscal baseado somente no controle das despesas primárias é limitada para garantir o equilíbrio das contas públicas. A construção de

---

<sup>9</sup> Segundo o INFOPEN de 2017, referente a junho de 2016, há cerca de 40% de pessoas presas nessa situação.

um regime fiscal equilibrado, que garanta a sustentabilidade da dívida pública e do financiamento da previdência, das políticas sociais e da infraestrutura, deve considerar necessariamente medidas que reduzam o custo fiscal da gestão da dívida pública de forma permanente (MAGALHÃES e COSTA, 2018, p.24).

Veríssimo, em coluna denominada “Ninguém ganhou”<sup>10</sup>, acerca da “vitória” das abstenções, e votos nulos e brancos, nas eleições municipais de Porto Alegre, em 2016, traz que, no continente europeu, a receita de uma austeridade fiscal, ou seja, uma maior contenção dos gastos públicos, provou-se como receita falida para a obtenção de um desenvolvimento econômico que propiciasse um maior bem estar à população. Sobre esse afã reformista, de corte de gastos e a dita modernização do Estado, Jaccoud, Bichir e Mesquita dizem que,

Em síntese, se cabalmente implementado, esse programa reformista de grande envergadura implicará alterações profundas no perfil do sistema de proteção social e no lugar da assistência social, reduzindo expressivamente a responsabilidade pública pela política de assistência social ao mesmo tempo em que fragiliza sua capacidade protetiva (2017, p.49).

Talvez pudéssemos inferir que “alguém” ganhou com a implementação de um teto para as despesas primárias as quais são corrigidas pela inflação do ano anterior. Esse “alguém”, ao que parece, não seria a maior parte da população, que, em nome de uma economia aos cofres públicos, teria que aceitar a anemia das políticas públicas.

Se as parcerias com entidades da sociedade civil já se encontram imbricadas nas práticas de assistência como a história de nosso país pode atestar, a redução do papel do Estado na gestão/execução dessa política pública à passos galopantes, parece ser um imperativo atual dentro de um contexto de recessão nos mais diversos níveis. A sede por redução de gastos nas três esferas de governo, assim como um pente fino nos programas sociais, e de transferência de renda faz parecer que passamos por um processo de intensificação de um fenômeno denominado por Wacquant de *workfare*. Nesse processo ao invés da promoção de direitos e bem estar, são colocadas condicionalidades que dificultam o acesso à assistência, focalizando ainda mais os programas de transferência para as parcelas mais paupérrimas da população. Alguma semelhança com os governos anteriores? Parece que tanto os governos de esquerda, do Partido dos Trabalhadores, quanto o atual do MDB, diferem mais em intensidade nas políticas adotadas do que na qualidade.

Em pronunciamento, no dia sete de maio de 2018, o presidente Temer diz: “Quem sabe o Brasil prospera de uma tal maneira, que daqui a 20 anos você não precise mais do Bolsa Família. Mas para isso é preciso progredir.”<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/ninguem-ganhou-20275717>>

<sup>11</sup> Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-abertura-da-apas-show-2018>>

A ideia de que o beneficiário do Bolsa Família deva progredir para não mais necessitar do benefício está aí colocada, assim como o mito de que o país ao prosperar economicamente, traria, necessariamente, benefícios sociais que se estenderiam às camadas mais pobres da população. Souza (2009, p.59) coloca que a noção de que o desenvolvimento econômico traz benefícios sociais e distribuição de renda à população já se provou errada.

O fato de o Brasil ter sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição (SOUZA, 2009, p.59).

Além disso, como apontado anteriormente, ganha, nesse momento, bastante força o discurso da segurança pública. Por força aqui quero dizer visibilidade e investimento. Será que a intenção nesse momento de alta taxa de desemprego<sup>12</sup> e trabalho informal seria punir os pobres? Wacquant nos mostra que o braço punitivo do Estado é parte fundamental na equação de governo das desregulamentações trabalhistas e de direitos sociais adquiridas pelas classes trabalhadoras ao longo da história. Não é à toa que a reforma trabalhista, a lei das terceirizações, a Emenda Constitucional nº 95, de congelamento dos gastos<sup>13</sup>, atinge setores essenciais, mas não a segurança. Enquanto ministérios são extintos, sob a justificativa de serem ineficientes e produzirem gastos excessivos, há a criação do já citado Ministério da Segurança Pública. Coincidência? Ou projeto político...

Fica um pouco confuso esse quadro quando nos deparamos com um aumento no benefício do Programa Bolsa Família. À primeira vista pode parecer que há um investimento no programa, mas, ao atentarmos para a peça orçamentária federal de 2018, é possível ver um recuo no investimento de cerca de 3,6% referente ao ano passado no mesmo programa. O governo anunciou a realização de um pente fino “justamente pela importância do programa [...] Deve receber quem realmente necessita” disse o ex-ministro Osmar Terra na ocasião em novembro de 2016. Curioso que nos Estados Unidos, também com a justificativa de identificar famílias fraudulentas, aumentaram-se os instrumentos de controle o que resultou em um aumento nos obstáculos para a população conseguir acessar os benefícios sócio-assistenciais.

---

<sup>12</sup> Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>>

<sup>13</sup> A Emenda Constitucional nº95 instituiu o Novo Regime Fiscal, fazendo com que o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União tenha que respeitar, por 20 anos, um limite para as despesas primárias calculado através da variação da inflação. “para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.” (BRASIL, 2016)



Sob o pretexto de identificar os abusos e dificultar a vida dos fraudadores, as agências de ajuda social multiplicaram os formulários a preencher, o número de documentos a fornecer, a frequência dos controles [...] (WACQUANT 2007, p.98).

Estratégia que se repete ou melhorias na gestão? Talvez ambos... O certo é que as semelhanças com a programática americana de diminuição do Estado de Bem Estar não param por aí.

Ao comentar, em 26 de setembro de 2017, sobre o novo programa federal denominado Progredir o ex-ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra trouxe que um dos objetivos é

“[...] construir as bases para que as pessoas não dependam exclusivamente dos programas de transferência de renda. Por isso, iremos ofertar qualificação profissional e estimular o empreendedorismo [...]” (site do MDS, 2017)<sup>14</sup>

Ao reformar-se o sistema de bem estar social americano, em 1996, deu-se bastante ênfase à suposta dependência por parte de seus beneficiários, que teriam sua vontade de trabalhar diminuída por receberem um benefício (WACQUANT, 2007, p.154).

Os liberais (sejam tradicionais ou neófitos) consideram que proteção social é uma manifestação de tutela pública, na pior compreensão, isto é, consideram como favorecimento da dependência (SPOSATI, 2016, p.12).

A ideia de que os beneficiários de programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, dependeriam exclusivamente desse dinheiro é, notavelmente, falsa. Ao olharmos para o valor dos benefícios, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é sabido que os recursos são insuficientes para o sustento de uma família, quanto mais para ser sua única fonte de renda. Esse discurso, que, sem meias palavras, é uma mentira, ganha força em um momento de redução dos investimentos públicos, e da exigência por crescimento econômico na agenda nacional.

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada à vagabundagem, displicência e falta de empenho. [...] Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação. (COUTO, 2015, p.669)

Em outras palavras, “não fale em crise, trabalhe”<sup>15</sup>.

Na reforma americana, citada aqui, foram colocadas normas de conduta e obrigações burocráticas que os beneficiários de programas sociais deveriam cumprir para ter acesso a um benefício.

As mais comuns dessas exigências estipulam que o beneficiário deve aceitar qualquer emprego ou atividade semelhante que lhe for proposta [...] sob pena de ter de abrir mão do seu direito à

---

<sup>14</sup> Disponível em <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/governo-federal-lanca-pacote-de-acoes-para-promover-autonomia-das-familias-de-baixa-renda>>

<sup>15</sup> Referência à frase que ficou famosa ao ser posta em um outdoor de um posto, e que foi, posteriormente, elogiada pelo presidente Michel Temer em seu primeiro pronunciamento como presidente. (disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/michel-temer-faz-seu-primeiro-discurso-e-ministros-tomam-posse.html>)

assistência (workfare). Outras moldam a ajuda às famílias em função da assiduidade escolar de seus filhos ou adolescente beneficiário (learnfare) ou da inscrição deles em pseudoprogramas de treinamento [...] (WACQUANT, 2007, p.111)

É cedo ainda para fazermos projeções ou análises profundas sobre o Progredir e a suposta relação com as citadas reformas do sistema de bem estar americano. Ainda assim, é possível vermos que as justificativas utilizadas são semelhantes, guardadas as diferenças territoriais e históricas entre os países. A ideia de dependência, colocada fortemente na reforma americana, não se evidencia com tanta força no novo programa brasileiro, mas a noção de emancipação e autonomia, conceito historicamente disputado por diferentes grupos, pode definir o futuro dos benefícios assistenciais em nosso país pendendo para um lado em que as condições sociais e trabalhistas são agravadas. Nas palavras de Carraro,

Basta uma leitura atenta e calma para que os mesmos termos utilizados no campo da defesa do sentido público, democrático e socialista revelem-se interconectados numa teia que sustenta um discurso com cariz emancipatório, mas que valoriza e superestima o caráter privado e individual das atuações e das possibilidades de autonomia que discursam, argumentam e validam em seus escritos (CARRARO, 2016, p.218).

### **Sobre impeachment, bolsa família e o caminho da focalização**

Em 2016, com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, assume o vice Michel Temer, um dos atores que articulou junto a setores conservadores do Congresso Nacional a derrubada da presidente. Naquele ano, afluíam-se muitas paixões nos territórios de expressão da opinião pública, e privada. Difundiu-se uma narrativa em que Dilma teria sido vítima de um golpe, e que de outro lado haveria golpistas, prontos a surrupiar o que a legitimidade do voto tinha conferido à Presidenta. Não foi sem manifestações populares, embates e diferentes narrativas que esse processo de impeachment/golpe ocorreu. Aliás, também não foi sem efeitos nos processos de subjetivação que nos atravessam. Ou seja, houve consequências nas formas como nos relacionamos em sociedade, ou seja, naquilo que nos constitui enquanto sujeitos. Em um primeiro momento criou-se particular pânico, colocando-se em cheque a continuidade dos programas sociais, em especial o Bolsa Família. O novo governo, composto por uma aliança entre o então PMDB (agora MDB), outros partidos da base aliada e a, anteriormente, oposição ao governo Dilma (PSDB) logo tratou de acalmar os ânimos acirrados, garantindo a continuidade dos programas sociais através das reformas estruturais que pretendia realizar, limitando o gasto público federal para garantir equilíbrio às contas públicas.

O anunciado fortalecimento do programa Bolsa Família veio em termos de aumento do benefício repassado aos usuários. Isso aconteceu com a entrada em vigor (durante o governo Temer) do reajuste já concedido pela então presidente Dilma anteriormente. O próprio governo, em

2018, realizou outro reajuste no benefício o aumentando, assumindo a importância do programa para a população brasileira. Aqui se faz importante uma ressalva, já que, ao analisarmos o reajuste do valor à luz da peça orçamentária de 2018<sup>16</sup>, vemos que os valores repassados para o Programa Bolsa Família, em 2018, foram diminuídos em mais de três por cento comparados a 2017.

Outra estratégia de qualificação, fortalecimento e economia aos cofres públicos foi o chamado cruzamento de dados dos beneficiários. Assim o ministério pretendia evitar fraudes, suspendendo e cancelando os benefícios daquelas pessoas que estariam fora da área de cobertura do programa, a qual é definida pela renda<sup>17</sup>. O dito “pente-fino” serviria para oportunizar a entrada no programa para quem *realmente* precisa dele, já que ao economizar recursos com a retirada de beneficiários que não se encaixavam nos critérios, abriu-se margem para colocar famílias que estavam na lista de espera entre os novos beneficiários. Aqui gostaria de atentar para o quê é levado em consideração nessa estratégia de governo: a qualificação do cruzamento das bases de dados. Assim, o controle dos gastos entra em cena mas

Saem de cena a perspectiva de integração entre políticas sociais, a busca ativa de grupos urbanos e rurais ainda distantes dos benefícios e sinaliza-se com o reforço da necessidade de comprovação de meios, além de reforçarem argumentos meritocráticos e perspectivas morais em torno da pobreza e da desigualdade.[...]Saem do radar considerações sobre a volatilidade de renda dos mais pobres e sobre os perfis de inserção profissional dos atuais beneficiários. Em síntese, sob a roupagem de maior “*fiscalização e eficiência*”, esconde-se uma visão liberal e focalizadora da proteção social. (JACCOUD, BICHIR e MESQUITA, 2017, p.51, grifos meus)

Chama a atenção outro programa do governo federal, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), chamado Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), o qual está em atividade desde 2016. Em março de 2018 o programa passou a uma 2ª etapa em que

[...] até 31 de janeiro de 2018, foram realizadas 252.494 perícias com 201.674 benefícios cancelados. A ausência de convocados levou ao cancelamento de outros 26.701 benefícios. A economia até agora é de R\$ 5,8 bilhões (site INSS, 2018)

Novamente a justificativa de uma economia aos cofres públicos devido a maior fiscalização dos benefícios entra em cena.

Este recurso economizado fica no fundo de previdência, a poupança de todos os trabalhadores e será destinado, exclusivamente, ao pagamento de benefícios sociais *para quem realmente precisa*, explica Beltrame (site INSS, 2018, fala do ministro, grifos meus)

A dita crise das contas públicas tem nessas estratégias citadas uma direção política clara, deve ser paga por aqueles que menos têm e que mais precisam das políticas públicas. Ao

---

<sup>16</sup> No fim dessa dissertação vocês encontrarão nos anexos as informações aqui referenciadas. Elas se tratam de valores estipulados Lei Orçamentárias Anuais de 2017 e 2018.

<sup>17</sup>Estão aptas a receber o benefício “as famílias com renda por pessoa de até R\$89,00 mensais; famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes” (disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>)

multiplicar os instrumentos de controle, frequência das fiscalizações, o governo mostra a disposição de economizar cada centavo gasto com as políticas públicas sociais.

A ênfase dada aos programas de transferência de renda condicionada joga luz sobre as parcelas mais pobres da população e seu direito a um mínimo de renda que garanta sua dignidade e inclusão no mercado. Já que

Não se trata apenas de acesso ao consumo via transferência de renda, mas da criação de bases institucionais e organizacionais para a incorporação dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis a um sistema de proteção, em que benefício assistencial não significa assistencialismo, mas direito (VAITSMAN, ANDRADE e FARIAS, 2009, p.739).

E do mesmo modo em que há necessidade de programas focalizados, que aliviem as mazelas da pobreza e da baixa renda é possível enxergarmos diferentes posições em relação à sua importância e centralidade, pois

Tal movimento pode expressar um necessário reconhecimento de sobreposições de vulnerabilidades — insuficiência de renda, fragilização de vínculos, cuidados e oportunidades, e identidades marcadas por históricas discriminações. Por outro lado, também pode indicar que uma progressiva focalização vem interpelando o processo de consolidação da assistência social como campo específico de ofertas e garantias vinculadas doutrinariamente à universalidade e à equidade. (JACCOUD, BICHR e MESQUITA, 2017, p.43).

O problema é que, enquanto tais programas são cada vez mais focalizados, atribuindo seu público a um corte de renda, há um apagamento de outras mazelas e vulnerabilidades que atingem a população, contribuindo para as desigualdades sociais de nosso país.

Para Sposati (2016, p.7) mesmo que se escute com certa frequência que a assistência social trata dos pobres, isso se constitui em uma concepção enganosa já que essa política “não tem condições concretas [...] de superação da desigualdade ou de resolutividade da igualdade”.

Esta concepção que renova o princípio da esmola referenda o modo de financeirização da política de assistência social e a afasta do compromisso social com um conjunto de acessos a serviços que produzem prevenção a desproteção (SPOSATI, 2016, p.7).

Marginaliza-se a ideia constitucional de um sistema de Seguridade Social onde haja uma integração das políticas, serviços e atenções de modo à melhor atender aos cidadãos, já que

O horizonte da proteção social brasileira exige a integração das três políticas de seguridade social. Esta perspectiva significa construir linhas de conexão entre os serviços das três políticas desde a base, com uma agenda que inclua a superação das questões que estão colocadas em cada uma dessas políticas (SPOSATI, 2013, p. 672)

Dessa maneira, privilegia-se o investimento em números e questões técnicas, em detrimento de uma expansão e qualificação dos serviços públicos como um todo. Pelo contrário, a focalização dos programas sociais acaba excluindo grandes contingentes populacionais de seu direito à assistência e agravando as vulnerabilidades sociais de grupos historicamente subalternos.

[...] assumindo a focalização o papel fundamental. Nesse aspecto, ganha também notoriedade a política gerencial. Trata-se de aplicar os poucos recursos de forma eficiente. Desloca-se do debate a luta por investimentos e acesso à riqueza socialmente produzida. Incorpora-se a ideia de a política de assistência social ter apenas um papel residual, compensatório e dirigido somente a uma parcela da população incapaz de se sustentar por si própria (COUTO, 2015, p.673).

Dessa maneira, ao priorizar-se o discurso gerencial no que toca a condução da política, deixam-se de lado práticas integrativas entre as políticas sociais, assim como a qualidade e o modo de acompanhamento ofertado pela rede.

A ênfase gerencial que privilegia a informação quantitativa demonstrada no número de serviços implantados, nos recursos investidos e na população atendida a partir do critério da pobreza é importante e estratégica para efetivação do Sistema Único de Assistência Social. Entretanto, sobrecarregar os municípios com demandas de levantamentos de dados, a partir de ferramentas verticalizadas de produção da informação, é destituir processos importantes e igualmente estratégicos de implantação de áreas de gestão nos municípios que se atentem para outros elementos que não apenas o atendimento dos sujeitos, mas também para o conhecimento dos fenômenos sociais que produzem as vulnerabilidades e os riscos que são objeto de intervenção da política. (SANTOS, SILVA e MARTINELLI, 2015, p.109)

## Capítulo 2 - Sobre o Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre (2018-2021)

*O Plano de Assistência Social – PAS é elemento estratégico para a implantação de um Sistema, se não se quer cair na improvisação, na ação caótica – emergencial e pontual – sem comando, direção, continuidade e sistematização. (BRASIL, 2008, p.29)*

O Plano municipal é uma obrigação legal dos municípios e segundo a resolução do CNAS 33/2012 é “um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS” (2012, p.11). Como um documento que se propõe organizador da execução da política de assistência social em Porto Alegre, o vejo com uma materialidade que pode evidenciar as condições locais de funcionamento, organização e gestão da assistência social. Mas, antes de prosseguir, faço duas ressalvas importantes. A primeira é que não se trata de uma análise da totalidade do documento, já que tal feito, além de impossível dentro da perspectiva de uma produção de conhecimento localizada, iria ser bastante contraproducente para essa dissertação. Digo isso porque nesse escrito partiu-se de uma concepção parcial da produção de conhecimento, dessa maneira, ao invés de serem buscadas totalidades, fez-se uma pesquisa que opera por fragmentos.

A segunda é que, ao analisá-lo, não estarei buscando os pretensos sentidos ocultos que ele abarcaria. Nessa investigação estarei atento aquilo que é enunciado na forma como foi dito, o modo como aparece, e sobre quais condições se torna possível dizê-lo/fazê-lo. O plano municipal aparece aqui como um material produtor de dados, análises, que nos lança pistas sobre o momento atual da assistência social no município e também sobre o que essa está em vias de tornar-se.

O que chama a atenção para esse pesquisador passa pelas estratégias utilizadas pela gestão atual (a qual repetiu antigas práticas) no que tange à gestão/execução da política de assistência social. É dito no documento que o atual grupo gestor

*Assumi com o desafio de organizar, qualificar e ampliar os serviços de assistência social, com a finalidade de obter uma entrega de serviços públicos mais eficientes para a cidade de Porto Alegre garantindo a defesa permanente dos princípios e diretrizes do SUAS (2018, p.40).*

Mas também se alega no documento que havia uma dívida herdada da administração anterior, de 14 milhões de reais, a qual impossibilitava esse objetivo de ser totalmente cumprido. E qual a estratégia para alcançar essa meta? A parcerização com Organizações da Sociedade Civil (OSC). Por meio de reordenações, como do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, e parcerias com entidades assistenciais, encontrou-se um modo de “qualificar” o serviço público, ou, ao menos, ofertá-lo regularmente. Mesmo que

possamos trazer as parcerias com entidades do Terceiro Setor<sup>18</sup> como um exemplo de montagem/desmontagem dessa política, não é possível afirmar a priori que isso seja causa da precarização recente dessa política, já que ao longo da história do país o princípio da *subsidiariedade*, onde o Estado é o último a agir, por meio da concessão de subsídios, é o que ordenou as práticas assistenciais durante a maior parte do tempo.

Quanto aos serviços próprios, ou seja, serviços que não estão inteiramente conveniados pela FASC, sendo responsabilidade da própria prefeitura, o Plano aponta para a falta de investimentos na manutenção desses equipamentos. As dificuldades não datam de hoje e, segundo o documento, se devem

aos investimentos restritos ou inexistentes por parte da gestão municipal na provisão de máquinas e equipamentos, materiais de insumos necessários à conservação dos espaços físicos (2018, p.37)

O documento coloca que a situação dos trabalhadores da assistência social é “complexa”, existindo uma diversidade de vínculos trabalhistas nos serviços próprios e nas redes conveniadas. Servidores públicos, terceirizados e os ditos parcerizados. Para exemplificar essa situação da rede socioassistencial trago os dados disponíveis nesse mesmo Plano sobre a Proteção Social Básica. São vinte e dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamentos próprios, mas que contam também com trabalhadores terceirizados. Além desses equipamentos próprios, há uma ampla rede de OSC’s as quais realizam serviços da Proteção Básica, como o SAF (Serviço de Atendimento à Família). O SAF, integralmente realizado pela rede conveniadas, referencia os atendimentos para os CRAS de cada território.

Como na cidade a implementação de 22 CRAS ficou aquém do necessário, a gestão municipal criou o Serviço de Atendimento Familiar – SAF conveniado, composto por dois profissionais (Assistente Social e Psicólogo preferencialmente) e um auxiliar administrativo (estagiário), para atendimento de 500 famílias/ano (REIS, 2013, p.142)

Em contrapartida, há uma grande capilaridade desses serviços pelos territórios da cidade de Porto Alegre. Reis (2013, p.114) coloca que a distribuição desses serviços, SAFs, mais próximos a territórios vulneráveis

cumprindo funções de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e com a capilaridade destas entidades no território muitas vezes mais ampla que o Estado, ter o CRAS exclusivo como “porta de entrada” dificulta o acesso do usuário ao seu direito e a um atendimento mais próximo do seu domicílio (REIS, 2013, p.114).

Yamamoto (2007) diz que o repasse da gestão/execução de serviços públicos às entidades não governamentais reflete a

---

<sup>18</sup> “O termo terceiro setor, no uso corrente, é usado para se referir à ação social das empresas, ao trabalho voluntário de cidadãos, às organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e “organizações sociais” (FALCONER, 1999, p.3)

(re)filantropização das respostas à “questão social”, ou seja, a transferência para o âmbito da “sociedade civil” parte da responsabilidade pela oferta de serviços (voluntários) (YAMAMOTO, 2007, p.33)

Esse processo insere-se em um fenômeno de divisão das responsabilidades com o mercado e a sociedade civil que termina, muitas vezes, por precarizar o trabalho, minar suas condições de garantir direitos e uma não adequação aos princípios da PNAS. Termina-se por ofertar serviços que seriam categorizados, segundo Yamamoto (2007, p.33), em estatal-gratuito-precário; privado-mercantil-boas qualidades; e filantrópico-voluntário-qualidade questionável (e virtual ausência de controles).

É claro que essa chamada lógica geral não pode ser generalizada para todos os serviços públicos estatais assim como para os realizados em parceria com o denominado terceiro setor. Ainda assim, mesmo após sua criação, tipificação e reorganizações pelas quais a assistência social brasileira passou após a criação do SUAS, é possível visualizar um déficit de instalações e infraestrutura, assim como a falta de investimentos nos serviços próprios, com a alegação de uma economia dos recursos municipais. Segundo consta no Plano o “município também não tem investido na construção de prédios próprios, optando nos últimos anos pela locação de imóveis” (p.37), atualizando uma trajetória histórica de falta de investimentos estatais que a assistência padece. Silva (2015, p.46) coloca que a falta de locais próprios e a condição de inquilina,

contribui para aprisionar a política de assistência social à lógica, historicamente predominante, de filantropia e benemerência, em vez de investir na capacidade própria de instituir estruturas públicas compatíveis com as exigências de realização que preconiza o SUAS (SILVA, 2015, p.46).

O repasse de serviços a Organizações da Sociedade civil vai ao encontro de uma lógica em que o Estado e a sociedade são co-responsáveis na proteção social de seus cidadãos. Mas a verdade é que se deve problematizar a “tênue [...] relação entre parceria e terceirização” (REIS, 2013, p. 113). A tal da corresponsabilidade, na forma do repasse de verbas de fundos públicos para entidades de direito privadas, acaba por apontar para a desresponsabilização do Estado na primazia<sup>19</sup> da execução de serviços sócioassistenciais. Como coloca Luis Fernando Veríssimo, grande escritor brasileiro, “responsabilidade fiscal” pode servir também como outro nome para a irresponsabilidade social (2016).

---

<sup>19</sup> A primazia estatal está prevista nas diretrizes de organização da assistência social (LOAS, 1993), sendo uma diretriz para todas as esferas de governo.



## “Dar a outra face”: atravessamentos privados nas políticas públicas

A ideia/perspectiva social do Estado em financiar e desenvolver a proteção social não contributiva não é tão simples. A permanência da cultura da concessão para terceiros da operação dessas ações persiste em vários segmentos rejeitando que ela seja assumida como responsabilidade pública (SPOSATI, 2013, p.661).

Até meados do século XIX, as práticas de assistência eram desenvolvidas por grupos de pessoas com “corações piedosos” ou pela própria igreja (LOCKMANN, 2013, p.182).

A famosa frase bíblica atribuída a Jesus serve aqui como provocação para pensarmos os atravessamentos religiosos e privados que convivem na política pública de assistência social. Assim tona-se fundamental lembrar que as primeiras práticas de assistência em nosso país, as quais remontam ao século XIX, eram realizadas por instituições religiosas, sem a presença da atuação do Estado. Diferentemente da lógica atual, de garantia de direitos, as ações eram organizadas em torno das noções de *benemerência* e *caridade*, respondendo a um duplo objetivo: “salvação do corpo neste mundo e salvação da alma no outro mundo” (LOCKMANN, 2008, p.185). Portanto a relação entre assistência social e entidades religiosas remonta ao período colonial e compõem atravessamentos que reverberam ainda hoje na lógica de diversas instituições.

Em pesquisa datada de 2010, o IBGE aponta a existência de 82,9 mil entidades religiosas, compondo 28,5% do total de entidades sem fins lucrativos no Brasil (IBGE, 2010, p.28). Mas, as entidades que executam a política de assistência social não são caracterizadas como estritamente “religiosas”. Muitas dessas instituições que hoje realizam trabalhos na assistência social (assim como na saúde e educação) enquanto política pública tem, em sua origem, um componente religioso (BORDIN, 2017, p.96).

Farias (2014, p.173), ao realizar investigação sobre a gestão do SUAS em Porto Alegre, constatou, através do Plano Plurianual 2014-2017, que a “execução do SUAS é 82% efetivada através da esfera privada”, demonstrando a força desse segmento na área da assistência social. A análise realizada foi anterior ao repasse dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em 2016, o que aumentou ainda mais a participação das entidades na execução da política. Dessas entidades, diversas tem a religião como um atravessamento, sendo vinculadas a segmentos católicos e evangélicos.

Os vínculos empregatícios no setor privado são, no contemporâneo, altamente flexíveis, havendo, por vezes, uma grande rotatividade de trabalhadores. Além disso, na área da

assistência social, os trabalhadores das OSCs ganham, em média, um salário menor<sup>20</sup> do que outras ocupações, representando uma espécie de trabalho subremunerado.

A existência de trabalhadores sem a qualificação necessária, predominantemente com contratos temporários precários, salários baixos, com constante atraso no pagamento, é traço comum na realidade da assistência social dos municípios. Compõe essa realidade o apadrinhamento e rotatividade da equipe, bem como a descontinuidade das ações, do vínculo com a realidade dos usuários, da proposta iniciada etc. A relação de favor estabelecida no contrato apadrinhado afeta a autonomia do profissional, do coordenador e das possibilidades de trabalho crítico. As equipes são sempre em número reduzido e insuficiente para o crescente trabalho técnico-burocrático, que consome tempo considerável dos trabalhadores. Apesar da realidade de precárias condições de trabalho, número insuficiente e rotatividade, o concurso público não é realizado na assistência social. A situação de trabalho desprotegido e mal remunerado não raro nivela os trabalhadores com as mesmas condições em que se encontram os mandatários de seus serviços no campo dessa política pública (SILVA, 2015, p.46).

Esses aspectos fazem parte de uma receita inadequada à execução de um trabalho baseado no vínculo, continuidade e horizontalidade. Desse modo, através de uma justificativa econômica, de economia de verbas e repasses para entes privados, acaba-se passando por cima de diretrizes e princípios indispensáveis para a oferta de uma assistência social de qualidade para todos que dela necessitarem. Por exemplo,

sob a justificativa de impedimentos fiscais e legais para a realização de concursos públicos, diversas prefeituras delegam a contratação de profissionais a entidades privadas ou filantrópicas (CORDEIRO e SATO, 2017 *apud* SENRA e GUZZO, 2012).

A falta de um corpo técnico concursado, e a grande rotatividade de profissionais na assistência, contribui para a falta de uma memória institucional que qualifique o atendimento à população (MONNERAT e SOUZA, 2011, p.46).

Estaria isso ocorrendo devido à “crise fiscal” e de arrecadação/gasto? Pode ser. Ainda assim, parece que o tal do equilíbrio fiscal aponta para uma outra direção, diferente das que preveem as diretrizes da assistência. Ao fomentar as parcerias com o setor privado, o Estado se exime de um dever constitucional, repassando tal atribuição a setores da sociedade civil, e passa a ser um co-gestor, regulador e financiador das políticas públicas. O “Estado passa a gestar as políticas sociais de forma focalizada e privatizada” (FARIAS, 2014, p.35), fazendo da universalidade apenas uma palavra vazia, já que os efeitos da focalização e enxugamento dos gastos sociais atuam justamente na contramão da universalização prevista constitucionalmente.

Realidade que não é nova ou surpreendente, dado o histórico e a capilaridade que a Igreja Católica, e, mais recentemente, as neopentecostais, alcançaram entre a população que acessa a política de assistência. Colocada essa questão, vê-se que o Estado, o qual é constitucionalmente laico, não é o grande executor da política de assistência em Porto Alegre.

---

<sup>20</sup> Em pesquisa realizada pelo IPEA (2018, p. 22) evidencia-se que a nível nacional os trabalhadores das OSCs da assistência social são os que menos recebem. Em média s 1,9 salários mínimos.

Assim, além do paradoxo da rede privada ser a maior prestadora de serviços, coloca-se em questão o princípio da laicidade do Estado, já que esses serviços passam também pela dimensão religiosa das diversas entidades parceiras. Isso não quer dizer que não haja um comprometimento com as diretrizes da política pública de assistência, em entidades ligadas a segmentos religiosos. Trago essa questão para ilustrar os entrelaçamentos entre religião e assistência ainda atuais.

Evidentemente a assistência social como uma política pública surge num passado recente em nosso país, com uma herança de práticas assistencialistas e filantrópicas.

Mas o que caracteriza a “novidade” é a própria implementação do Sistema Público de Assistência, conquista importante que, para ser materializada, recorre ao discurso da primazia do Estado na condução política; porém, na cidade Porto Alegre, o Estado não têm a primazia da execução (REIS, 2013, p.112)

Aqui não se trata de julgar as entidades privadas que realizam um trabalho público como vilãs, mas colocar em evidência que o desmonte da política pública de assistência social enquanto um direito de todos, passa pela história de nosso país e das configurações que foram possibilitadas pelos arranjos institucionais de cada local. Em Porto Alegre o que vemos é “uma grande contradição do SUAS, a construção de uma política pública, sendo realizada pela rede privada” (FARIAS, 2014, p.64).

A PNAS estipula que as ações em parceria com a rede privada devem dar-se de maneira complementar e democrática já que a

gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a *primazia da responsabilidade* em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma *complementar* na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de *exercer o controle social* sobre a mesma (BRASIL, 2004, p.47, grifos meus)

Como podemos ver, há atribuições reservadas as OSCs, que deveriam atuar complementarmente à rede pública e estatal. No caso de Porto Alegre, há uma grande defasagem de serviços estatais, criando o paradoxo já citado dessa política pública ser majoritariamente executada pela rede de entidades conveniadas.

Seria tal paradoxo produtivo? Dito de outra maneira, quais os efeitos que a construção de uma política pública executada, majoritariamente, por entes privados, provoca? Sabemos que o Estado apenas recentemente se responsabiliza pela assistência enquanto uma política pública que integra a Seguridade Social (1988). Portanto, é possível dizer que a expertise acumulada dessa área, em grande parte, localiza-se em entidades privadas, as quais vêm realizando um “trabalho social” há mais tempo. Em pesquisa recente, Reis (2013, p.111) fez uma série de entrevistas com coordenadores de OSCs e CRAS da rede socioassistencial de Porto

Alegre e nos diz que a parceria com as entidades “através da sua história e de suas experiências, [...] podem enriquecer a conformação da política na cidade” (REIS, 2013, p.111).

Ainda assim, é um desafio para a gestão da política pública de assistência social, a qual em suas diretrizes estabelece a primazia estatal em sua condução, efetivar-se enquanto garantidora de direitos quando ela é majoritariamente executada por agentes privados. Mas, ao mesmo tempo em que a própria política prevê uma rede socioassistencial pública com a participação de agentes privados há uma relação verticalizada entre gestores e entidades em que

as entidades são parceiras, mas não participam das decisões centrais da política; seus profissionais ganham menos pelo mesmo trabalho, porém executam grandes parcelas dos atendimentos (REIS, 2013, p.111).

Dessa maneira podemos colocar em evidência um desafio dentro da política de assistência social em Porto Alegre no que tange à rede sócioassistencial.

Esse desafio põe em questão a mudança da cultura da política, que assuma definitivamente a perspectiva de política pública no campo do direito e da primazia e responsabilidade estatal, sem abdicar da participação da rede privada, através de princípios participativos e democráticos (FARIAS, 2014, p.96)

Essa participação e integração de equipamentos privados e públicos, assim como de OSCs e usuários da política baseia-se no conceito de *controle social*<sup>21</sup> o qual, previsto como mecanismo participativo e democrático na LOAS, opera através dos conselhos e conferências de assistência social (BRASIL, 2004, p.51).

Observando o panorama brasileiro, através de, por exemplo, os programas sociais federais, podemos inferir que, mesmo que a assistência esteja escrita no texto constitucional como uma política social pública e universal, sua implementação é bastante diversa no território do país e o caráter assistencialista e caritativo muitas vezes ainda se impõem.

sabe-se que apenas a previsão constitucional de políticas sociais não as efetiva, diretamente, em suas práticas, políticas e programas governamentais, enquanto direito social. Quer dizer, apesar de a Constituição Federal ser uma garantia concreta de direitos consolidados (sejam eles civis, políticos e/ou sociais) não significa que as ações governamentais estejam atreladas pontualmente a esta perspectiva. (ALMEIDA, 2017, p.194)

---

<sup>21</sup> “O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais” (BRASIL, 2004, p.51).

### Capítulo 3 – Cartas para desmontar desmontes

*“É quem usa o conceito que tem que pagar primeiro. Pagar no sentido de tornar interessante o conceito que permite pensar. Mas a academia fabrica papagaios” STENGERS, Isabelle<sup>22</sup>.*

É com certo temor e apreensão que apresento nessa sessão mais este exercício teórico-metodológico. A ideia foi escrever de modo mais simples tentando, quando possível, não recorrer de maneira “papagaística” a conceitos e jargões. As cartas foram elaboradas para fazer movimentar as questões que fui desenvolvendo ao longo desse percurso. Dessa maneira, elas mantêm certa relação com a temática dessa dissertação, as políticas públicas de assistência social, e podem (eu espero) contribuir para elucidar questões que ficaram pendentes ao longo desse escrito assim como criar outras perguntas que nos lancem para caminhos não pensados anteriormente. O título desse capítulo é uma provocação e uma aposta na pesquisa como uma intervenção possível de encontrar brechas e novos respiros possíveis. Boa leitura!

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.revistadr.com.br/posts/gostas-da-vez-entrevista-dr-com-isabelle-stengers-e-vinciane-despret>>

## Uma carta para o “fundo público”

Olá seu “fundo público”! Ou deveria chamá-lo de “nosso”? Como o senhor anda? Nesta carta endereçada ao senhor, peço licença para, primeiramente, me apresentar. Sou psicólogo, pesquisador iniciante e um estudioso das políticas públicas de assistência social. Dito isso, e colocado certos traços que possibilita me reconhecer, gostaria de lhe falar sobre certas questões que tem surgido incessantemente em meus estudos e investigações.

Peço perdão de maneira antecipada pelas possíveis imprecisões e erros conceituais que essa escrita venha a apresentar, já que não sou economista, nem tenho a pretensão de sê-lo. A ideia que nesse escrito aposto é num exercício do pensar que nos possibilite modificar a nossa própria forma de fazê-lo. Minha aposta é em uma escrita mais inventiva, menos amarrada às formas academicistas, e, por que não, uma maneira mais leve e acessível de comunicar minhas dúvidas e apontamentos em relação a certos temas que atravessam aquilo que venho pesquisando.

Sei que por mais fundo que o senhor aparente, assim como todo mundo, você tem um limite. Acredito também que, nos últimos anos, a sua família vem sendo bastante exposta na grande mídia de forma a justificar intervenções e reformas supostamente necessárias. Sua irmã, “contas públicas”, tem aparecido com grande frequência nos jornais e telejornais do Brasil. Sempre acompanhada de seu primo, o famoso “déficit fiscal”. Esse parente seu que, dizem as más línguas, não pára de crescer, ao arrepio de uma saúde fiscal por muitos defendida em nosso país. Mas o que seria essa tal de saúde fiscal, ou, dito de outro modo, o que é esse tão necessário equilíbrio fiscal? Dizem alguns que seria uma operação em que o governo gastaria menos do que arrecada, fazendo aí, aparecer mais um palavrão de sua grande família, o tal do “superávit”. Mas porque gastar menos do que se arrecada é tão importante para o país? Modificando minha pergunta, um tanto ingênua, confesso, questiono, por que é importante gastar menos ao invés de, por exemplo, arrecadar mais? Não seria interessante que aqueles que mais têm e, que muitas vezes, são os que menos produzem, pagassem mais que outros que tem tão pouco? Interessante talvez não seja a palavra que procuro... Não seria mais justo? É, parece que a sua parenta distante, a tal da justiça, anda por outros lados, fugindo do adjetivo que alguns teimam em adicionar ao seu lado, o social. Ouvi dizer também que a justiça é cega, mas, sendo sincero, ela está mais para míope: enxerga bem os que estão perto e vê bastante mal, os que de longe avista. Mesmo com a visão embaçada, a justiça tem garantido aqui e ali certos direitos para quem tem menos e que, por isso, precisa de muito mais. Não digo que seja satisfatório ou mesmo suficiente, mas é algo, e é a partir

daí que temos que nos colocar na defesa dos direitos daqueles que mais precisam ter seus direitos garantidos. A assistência social, campo de meus estudos, entre outras coisas trata disso.

Sinto que me perdi um pouco no meio do caminho, e gostaria então de retomar o fio da meada, colocando questões que julgo serem pertinentes a esta conversa. A primeira delas diz respeito a um parente próximo do senhor com o qual tive contato em minhas leituras, o “orçamento público”. Ao conhecê-lo, me deparei com gente que dizia que o orçamento é uma questão meramente técnica, despolitizada. Fui buscar mais sobre isso e terminei por encontrar pessoas, como Salvador (2017), que trata esse seu familiar como uma peça que além de técnica, também é política. Ao dizer que o orçamento é político, entendo que isso expressa as condições de possibilidades que, no presente momento, permitem a elaboração dele dessa forma e não de outra. Assim, vejo o orçamento como uma peça técnica-política, que é construída no tempo atual através das mais variadas disputas por recursos. Além disso, o orçamento também nos mostra a divisão dos recursos que você, o fundo público, põem em sua disponibilidade.

Dizem que o orçamento da chamada Seguridade Social é insustentável... Nesse ponto, chegamos mais próximo a um tema que me soa familiar, a assistência. A Seguridade Social está colocada na nossa Constituição Federal, e é composta pelas políticas de saúde, previdência e assistência social. Salvador (2017) diz em um de seus artigos que o orçamento da Seguridade está inflado com despesas que não seriam dele; e, pra piorar a situação, tem retirado recursos que seriam de extrema importância para essas áreas. Esse verdadeiro desvio de dinheiro tem na sua prima, a “Desvinculação de Recursos da União” (DRU), um importante mecanismo. Segundo Salvador, a DRU realiza uma “perversa alquimia”, em que recursos, antes destinados às políticas públicas, passam a ser desviados para o pagamento de sua tia má, a tal da “dívida pública”. Esses recursos são utilizados para a realização do superávit primário, garantindo que haja menos gastos que receitas, para, assim, pagar os juros da dívida pública. Em outras palavras, saem de cena os investimentos em saúde, assistência, previdência, educação, saneamento e, ao invés disso, paga-se os juros da dívida, transferindo dinheiro público para o mercado financeiro. Não bastando esse cenário, vimos, no ano de 2016, a prorrogação desse mecanismo e sua expansão. Antes, eram 20% do orçamento do governo federal que podia ser retirado pela DRU, agora esse montante é de 30% com validade até 2023 e, não bastando isso, foi estendido a Estados e municípios... É sério que o senhor acha isso correto? Ou será que deveríamos compor o orçamento de outra forma? Da maneira como as coisas vem ocorrendo parece que quem paga mais é justamente quem tem menos. Veja bem se isso tem alguma justiça...

Outra coisa que eu gostaria muito de lhe comentar é sobre o seu enteado, o “Novo Regime Fiscal”, conhecido também por Emenda Constitucional nº 95. Esse enteado que veio a ser aprovado em um governo tido por muitos como ilegítimo, já que ocorreu após um doloroso processo de impeachment de uma presidente democraticamente eleita, criou regras para um teto dos gastos públicos para, pasme, os próximos 20 anos. Sim, não há nada parecido em todo o mundo... Segundo esse novo regime fiscal, o reajuste de gastos em todos os poderes da esfera federal, executivo, legislativo e judiciário, estaria sujeito a um teto, calculado pelos gastos do ano anterior reajustados pela inflação. Só que somente as despesas primárias estariam sujeitas a esse limite, sendo as despesas financeiras (juros da dívida pública) livres para subir a patamares mais altos. Basicamente, são congelados os gastos com educação, saúde, assistência, meio ambiente, cultura entre outras políticas de grande importância para o país. Mantêm-se os níveis de investimento iguais aos de 2016, que é quando entrou em vigor essa medida. Só que 2016 foi um ano de crise econômica no qual não houve grandes investimentos nas políticas públicas... Triste, não é? Liberado gastar mais com banqueiros e o mercado financeiro, proibido gastar com saúde, educação... Um contrassenso muitos diriam, já que, nesse momento de crise econômica e desemprego a níveis alarmantes, o lógico seria investir, justamente, nessas políticas essenciais. Ainda mais irônico é que, com a vigência dessa regra, caso entremos em um período de crescimento econômico e de receitas, isso não poderá reverter-se em um maior investimento, já que esses gastos estão sujeitos ao teto que lhe disse aqui. Vê se faz sentido uma coisa dessas...

O que eu queria finalmente falar pra você, fundo público, é que essa propaganda de necessidade de reformas e novos regimes fiscais é algo evidentemente político. Não há nada de apenas técnico nessas medidas e por isso há que se colocar em questão a alardeada necessidade dessas intervenções. Essa trágica escolha política de enfrentar um problema nas contas públicas pelo lado das despesas primárias, trará ainda, sem dúvidas, muitos problemas para a população.

Finalizo essa carta com muitas dúvidas e preocupações sobre o futuro das políticas públicas e de todos os brasileiros que delas se beneficiam. Aí eu incluiria, apenas, toda a nossa população, já que, direta ou indiretamente, somos afetados por essas políticas. Quem sabe em algum futuro possamos olhar para o senhor com outras lentes, que nos permitam uma maior distribuição dos recursos públicos e da riqueza socialmente construída. Dessa maneira, com votos de melhor distribuição, transparência, e um uso mais justo, lhe deixo, mais uma vez, com as reflexões que aqui proponho. Fique bem! Seguimos lutando!



## Uma carta para o “Novo Regime Fiscal” (EC 95)

Olá, seu Novo, tudo bem? Como anda essa história de teto de gastos? Por aqui, tudo certo! Andei me comunicando com o seu tutor, o “fundo público”, e ele me trouxe notícias não muito boas sobre você. Para começar, parece que o teto de gastos em breve vai cair, já que se tornou insustentável manter toda a estrutura de governo nos patamares fixados por você. Dizem outros que sem a sua prima malvada, a “reforma da previdência”, você é, nada mais nada menos, que um teto de papel, já que em breve os gastos previdenciários vão ultrapassar o telhado de nossa casa, de nome Brasil. É bem curioso que nessa conta da previdência entrem as pensões e benefícios para os militares, assim como a previdência dos servidores públicos. Salvador (2017), de quem já havia falado ao seu tutor, diz que essas despesas não pertencem ao Orçamento da Seguridade Social, e estão, artificialmente, inflando os números e criando um déficit inexistente. É uma pena, já que nossa Constituição estipula que deveria ser criado, na esfera federal, um orçamento para a seguridade que deveria diferir do orçamento fiscal. Isso, como se pode ver, nunca aconteceu e traz males que duram até os dias atuais, acabando por justificar medidas de austeridade, como a tal da já citada reforma, e, também, você mesmo.

Gostaria que me ajudasse respondendo certas dúvidas que tenho em relação ao seu funcionamento e o que ele ocasionará (e já vem ocasionando) para as políticas públicas. Fui pesquisar e os números e prováveis efeitos não são nada animadores. A verdade é que de “novo” vejo que você tem muito pouco, já que a ideia contida na sua elaboração é um congelamento dos gastos públicos que, muito provavelmente, nos levará de volta para o passado em níveis de investimentos. Como acreditar na novidade disso? Talvez você tenha alguma outra explicação... Sim, já fiquei sabendo que há um déficit das contas públicas... A grande mídia fez o favor de nos dizer bastante sobre esse déficit e o necessário ajuste para contê-lo. Só que tem muita coisa não dita e mal explicada, por isso essa carta para o senhor.

Saiu um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2016, falando sobre os efeitos nas políticas públicas que o regime que você instituiu provoca. Na assistência social, por exemplo, as perdas, em 20 anos, chegam a 868 bilhões de reais (PAIVA et al, 2016, p.4)! Agora que o SUAS estava se consolidando e a assistência caminhava, mesmo que lentamente, para universalizar-se, isso acontece... Não parece o mais justo ou lógico a fazer. Afinal, tem muita gente que acessa as políticas públicas através de rede de assistência, e, se essa for desmontada, como poderá garantir-se o acesso do povo a direitos básicos e constitucionais?

Sim, sei que você não estabelece um teto de gastos para programas específicos ou políticas. Mas, ao congelar os gastos das despesas primárias por 20 anos, ou seja, apenas aquilo que é gasto com as políticas públicas essenciais, você cria uma situação de redução dos investimentos frente a uma demanda que só cresce. O pessoal do IPEA, que já tinha citado, entre eles Paiva, Jaccoud, Mesquita e Passos (2016, p.13) dizem que

a probabilidade das políticas da assistência terem que ser revistas no âmbito do MDSA aumenta a cada ano, o que implicaria numa priorização de determinadas políticas em detrimento de outras, forçando, no limite, a extinção de programas.

Você realmente acha isso correto? Que programas que mudaram a vida de milhões de brasileiros sejam ameaçados de extinção? Que tenhamos que, no limite, escolher entre água encanada e postos de saúde? Será que não seria muito melhor, e mais justo, retirarmos você, e essa ideia de teto, e, ao invés disso, propormos uma medida mais justa que possa atender a todos, como, por exemplo, uma tributação sobre grandes fortunas? Quem sabe, contrariamente ao que você estipula, possamos cumprir os pisos constitucionais para as políticas públicas? São dúvidas que me ocorrem, ao pensar sobre os efeitos que você provoca na vida de tanta gente...

Queria te perguntar também o porquê dessa contenção de gastos durar 20 anos. O governo Temer, que foi quem te “patrocinou”, não foi eleito pela população, sendo composto por uma base que continha, inclusive, políticos opositores ao governo eleito, da então presidente Dilma... Sim, nós também tínhamos críticas a fazer a Dilma e ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas sempre julgamos, eu e meus colegas, que o momento a fazer valê-las é em uma eleição, jamais abreviando de forma injusta um mandato presidencial, democraticamente eleito. Dessa maneira, fica difícil não pensar nas razões que fizeram você acontecer tão forçadamente e sem nenhum debate com a população. Quem sabe foi pra desmontar um padrão de financiamento das políticas públicas? É um questionamento forte...

O que mais me afeta e provoca calafrios é a ideia de que não poderemos, mesmo em um período de crescimento econômico e das receitas do governo federal, investir mais em saúde, educação, meio ambiente, assistência, infraestrutura. Tudo porque a sua regra de “teto de gastos” constrange o aumento com essas despesas ao que foi gasto no ano anterior, ajustado pela inflação. Apenas o pagamento de juros da dívida e despesas financeiras está liberado do teto... Que contrassenso, não? Afinal, se o senhor conseguir nomear um país que cresceu, desenvolveu-se e melhorou a vida de sua população, sem investir em políticas públicas fundamentais, me conte. Eu ainda não o encontrei.

Bom, me alonguei demais em nossa conversa, e acho que diversas dúvidas você não vai conseguir responder. Não porque não queira, mas como a verba da ciência e educação foi cortada pelo senhor, fica difícil responder qualquer coisa mesmo. Faço votos para que o senhor caia, mas que nada mais constrangedor entre em seu lugar, já que de limites, tetos e contenção de gastos, já estamos todos fartos. Quem sabe o seu primo “orçamento” consiga tornar-se um pouco mais justo e distributivo, com medidas em que a sociedade, e o bem estar populacional, sejam levados em consideração. Abraço!

## Uma carta para a Prof<sup>a</sup> Dra Inês Hennigen: por uma política das memórias<sup>23</sup>

Olá de novo professora Inês! Tudo bem? Por aqui, o tempo parece andar muito mais rápido do que esse mestrando gostaria para dar conta de seus compromissos, sejam esses acadêmicos ou não. Relendo a carta anterior, fiquei com a impressão que eu tivesse soado muito pessimista e militante. Talvez seja a minha capacidade de inflamação, característica que a Lílian e a senhora, assim como os colegas, puderam constatar ao longo desse tempo juntos.

Apesar do pessimismo que os tempos atuais parecem nos forçar, e a direção que tomamos politicamente, onde os direitos se tornam privilégios de uns poucos, há muitas questões a serem problematizadas e brechas para ocupar e habitar. Talvez, fazendo essa aposta no incerto, na singularidade dos acontecimentos, possamos contribuir para o caldo histórico de indeterminação, nos fazendo desviar de rotas que se querem imutáveis e produzindo encruzilhadas que nos levem a rumos potentes.

Como alguém de origem judaica, vejo que se faz muito importante nos dias atuais, nos lançarmos rumo à escrita e nas possibilidades de abertura que essa coloca. Ao longo da história do povo judeu, também conhecido como o “povo do livro”, a escrita foi o que permitiu o registro e a reinvenção das formas de ser judeu, nas mais distintas circunstâncias. Essas escritas, dizia um antigo professor meu, foram intensificadas nos períodos de maior dificuldade, já adiantando um certo compromisso com aquilo que resolvi denominar nesse texto “política das memórias”. Essa implicaria em um compromisso ético estético político com o que pretendemos evidenciar e visibilizar. Pois, ao escrevermos, podemos dar colorido e bordas ao mundo em que vivemos, possibilitando, através desse mesmo exercício, a invenção de novas cores e o redimensionamento de seus limites. Em suma, produzindo novos mundos.

Desse modo, me pergunto, o que, nesse momento, seria potente visibilizarmos, diante de um contexto de precarização das políticas públicas que se intensifica a passos largos? Penso então naquilo que me foi dito na banca de qualificação: visibilizar a história do presente. Essa história de nosso contemporâneo, dos desmontes de serviços essenciais, dos movimentos privatizantes que se apresentam como soluções para as, alardeadas, crises. Faz lembrar da leitura que fizemos de Deleuze (2013) em que esse nos diz que “o arquivo é fundamentalmente audiovisual”, em outras palavras, aquilo que se pode ver e falar em uma determinada formação histórica.

---

<sup>23</sup> As cartas para a professora Inês foram um exercício de escrita para a disciplina “Estudos em Foucault: análise do discurso e produções midiáticas”, do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Tais cartas, escritas ao fim do ano passado, ainda reverberam, produzindo pensamentos e pistas para seguir os rastros que tentei mapear nessa dissertação.

O que é possível lembrar sobre nossas políticas públicas, de assistência social por exemplo? De que modos somos convidados a lhes perceber? Que gestos são oferecidos? São questões que me lançam em direção às materialidades discursivas midiáticas e também para aquilo que os operadores da assistência social produzem nos cotidianos dos serviços. Ao entrar em contato com a dissertação de Winter (2016), pude atentar para os tensionamentos de sentidos da política de assistência operados por Zero Hora. Entre a caridade e o direito. Do privado ao público. Da crise das contas públicas à necessidade de corte de gastos. Maneiras de visibilizar que privilegiam certas questões, e, dessa maneira, produzem certos tipos de memórias e demandas.

Quando realizei estágio na Casa de Acolhimento (Abrigo Residencial Sabiá 7), pude experimentar uma outra forma de habitar a política de assistência, tensionando os próprios ditos da rede, e do senso comum, que, muitas vezes, tratam o pobre como alguém carente, sem direitos e com responsabilidade por sua própria condição social. Falo do memorial de acolhimento. Esse documento, como já coloquei anteriormente à senhora, trazia para o plano dos ditos, as diversas narrativas da rede socioassistencial sobre as famílias/crianças acolhidas. Assim, o memorial funcionava como um documento técnico e político, fazendo conservar certas memórias que poderiam ser, constantemente, modificadas. Com o memorial, aprendi novamente a importância da memória e de não tomarmos como verdades inalteráveis aquilo que nos é falado, mesmo que seja dito incessantemente.

Uma política das memórias implica em restabelecermos a história, as conexões e comunicações que possibilitaram tornarmo-nos aquilo que somos hoje. Desse modo, ao escrevermos, e fazermos serem conservadas memórias políticas, relegadas por outros ao segundo plano, nos posicionamos por seu não apagamento e sua potência de criação. Lançando luz sobre a rede discursiva e não discursiva que possibilita a operação de desmontes das políticas pública, e da enunciação dessas como, por exemplo, gastos, podemos modificá-la. Assim, intervimos para possibilitar que outras formas de ver, dizer e habitar o mundo possam também ser agentes nas disputas de sentidos que a todo instante estão colocadas. Uma política das memórias que combata o esquecimento e nos possibilite desnaturalizar aquilo que é enunciado como sem história. Criar para lembrar, e lembrar para criar. Quem sabe assim possamos acolher a diferença que somos e aquilo que por ventura estamos em vias de nos tornar! Um grande abraço, Eduardo

## **Outra carta para a Professora Dra Inês Hennigen: memórias de uma política que se quer fazer esquecer<sup>24</sup>**

Olá professora Inês, como vai? Para início de conversa, lhe desejo um ótimo ano novo e agradeço a oportunidade de aprendizagem crítica que a disciplina, e a senhora como nossa professora, pôde proporcionar ao longo do semestre, fomentando um clima de diálogo, debate e respeito.

Ao iniciar minha escrita para a disciplina, não pude deixar de lado as inquietações que me acompanham neste momento. As reverberações da qualificação, na qual tive outro momento potente para poder aprender um pouco mais com a senhora e suas colegas de banca; a viagem iminente, mais exatamente no dia 7 de janeiro, para Israel, lugar em que vivi um ano e de onde guardo muitas recordações afetivas. Aí começa uma questão propriamente dita... Será que guardaríamos memórias estanques, incólumes, registros daquilo que, de fato, teria acontecido? Ou estaríamos mais para inventores, dando contornos ficcionais, colorindo as lacunas, ligando os pontilhados que tornam memoráveis e enunciáveis certas vivências pelas quais passamos? São perguntas que me ajudam a seguir pensando. Associo essas questões a certo episódio, recheado de ironia e provocação, que pude experienciar em uma visita ao Cais do Porto, quando esse abrigava, em alguns de seus armazéns, a 8ª Bienal do Mercosul (2011). Me refiro a uma obra de arte específica, chamada “No Unease Can Be Noticed, All Are Happy and Friendly” (Postcards from Jerusalem, 26 March 1910 – 24 January 1999)<sup>25</sup> da artista Kajsa Dahlberg. É dito, na página virtual da referida artista, que esse trabalho é “parte de uma investigação em curso dentro da lógica do arquivo como ferramenta para o trabalho da memória coletiva”<sup>26</sup>. A artista expôs uma coleção de cartões postais que turistas e viajantes da Suécia enviavam de Jerusalém, por quase um século. A região passou, durante esse tempo, por muitas guerras e graves violações de direitos humanos, algo que não cessou de ocorrer até o presente momento. O título da obra já traz, de modo irônico, a visão que os turistas suecos transmitem a seus conterrâneos. O que é possível ver e falar, desde esse lugar turístico, é bastante diferente daquilo que, por exemplo, os meios de comunicação informam sobre a região.

A artista me provocou a pensar sobre a questão da perspectiva e do lugar localizado e parcial (HARAWAY, 1995) que ocupamos no mundo. É a partir desses lugares, e seus atravessamentos diversos, que podemos emprestar sentidos às coisas, iluminar certos pontos e

---

<sup>24</sup> Ver nota de rodapé anterior.

<sup>25</sup> Nenhuma Inquietação Pode Ser Notada, Todos São Felizes e Amigáveis (Cartões Postais de Jerusalém 26 de março de 1910 – 24 de janeiro de 1999), tradução minha.

<sup>26</sup> “This work is part of an ongoing investigation into the logic of the archive as a tool for the work of collective memory”

deixar outros tantos sem luz. Desse modo, encontro ressonâncias com a situação que vivemos em nosso país, em que tantas questões fundamentais são invisibilizadas. Cito, como exemplo, a precarização da política pública de assistência social em Porto Alegre, a qual não é de hoje, mas que vêm se intensificando. O que se pode ver e falar sobre isso? O que é noticiado pela mídia jornalística? De que maneiras?

Como vi poucas notícias a respeito disso, lhe relato o que pude escutar em uma audiência pública, no dia 30 de maio de 2017, sobre a rede de proteção à criança e ao adolescente. Essa audiência trouxe dados a respeito da rede de serviços assistenciais, na expectativa de que o governo pudesse realizar encaminhamentos e responder às demandas dos trabalhadores. A situação não é, para dizer o mínimo, animadora. Falta de técnicos nos serviços, não pagamento dos convênios, atrasos nas contas de luz e telefone, inexistência de serviços e vagas que supram a demanda por atendimento nas mais diversas regiões, entre outras circunstâncias que colocam em xeque a capacidade (que se diga, já bastante limitada) da rede socioassistencial cumprir, minimamente, sua já colossal tarefa de garantir direitos.

Ao pedirmos por mais educação, saúde e segurança, parece fazer falta um grito por mais assistência, política tida como menor e tantas vezes ligada à caridade e filantropia das “pessoas de bem”. Contingenciando orçamentos, cortando programas e dificultando a operacionalidade dos serviços fazemos uma escolha por punir os pobres (WACQUANT, 2007). Assim, dificultamos ainda mais suas possibilidades de acesso à direitos fundamentais. Esses, quando acessados, têm o custo de um controle e um enquadramento às normas institucionais. O pobre tutelado que precisa de ajuda; a família negligente; pais desorganizados; pessoas que “não fazem por si” são algumas das facetas da posição subalterna que a população mais vulnerável é convocada a ocupar.

Talvez os atuais turistas de nossa cidade, ao passarem pelo viaduto Otávio Rocha, nem reparassem no vazio das galerias, em outro momento ocupadas por pessoas em situação de rua, as quais foram, forçadamente, removidas em ação da prefeitura no ano de 2016. Talvez o “Cartão Postal do Abandono”, como nomeou Zero Hora em uma de suas reportagens especiais, pudesse falar sobre o abandono a que os serviços sócio-assistenciais vêm ,cada vez mais, sendo expostos. Talvez. Depende, novamente, da perspectiva. Ao que parece, ao olharmos com um pouco mais de atenção para a ação referida, é que agora nosso cartão postal está como na obra de Kajsa, já não se nota nenhuma inquietação...

Um                                  ótimo                                  início                                  de                                  ano!  
Eduardo

## **Ver o nada, dizer tudo: uma carta com notas sobre uma reportagem higienizadora<sup>27</sup>**

Olá, como está tudo por aí? Por aqui, sigo na luta da escrita e remando em um imenso mar de possibilidades linguísticas. Gostaria de comunicar de forma acessível, ou, ao menos, mais acessível, a experiência que pude vivenciar no dia de hoje. A ideia aqui não é julgar, é criticar. Partirei de uma posição, uma perspectiva. Sou o “telespectador” interessado, já que, ao me sentir convocado pela reportagem aqui em questão, é que lhe noto e me afeto pelas coisas que essa produz. Dessa maneira posso dizer algo dela que possibilite cortá-la, questioná-la e, principalmente, problematizá-la. Assim, não falo de coisas boas ou más, apesar de que, o que gostaria de lhe contar, traz todos os ingredientes de uma tragédia anunciada. Faz-se presente a dimensão do perigo, pinta com cores sem vida, pálidas, e mostra, a todos, aquilo que já se espera, ou, até mesmo, aquilo que se quer fazer esperar. É um paradoxo, já que produz com uma variedade de cores, perigos, atores, lugares, falas, um retrato pálido e morto de uma cidade sem vida, sem pessoas. De patrimônios que não valorizam, pelo contrário, nos desvalorizam. De uma hierarquia em que a propriedade sobrepõe-se à vida, expondo a precariedade a que essa está exposta.

Escrevo esta carta também por uma infeliz coincidência com um “incidente” que havia tratado anteriormente em outro escrito: a remoção de pessoas em situação de rua, do Viaduto da Borges, em 2016 pela prefeitura. Agora foi a vez de outro órgão realizar essa ação: a Brigada Militar.

Dessa vez, não foi a prefeitura, com o DMLU, a Guarda Municipal entre outros. Era um caso de polícia. Militar. Quem sabe o que nos contam na tal da reportagem da RBS sobre essa ação? Ficou melhor de andar, diz uma transeunte. Estava ocupado por delinquentes, criminosos e usuários de drogas, diz um policial militar entrevistado. Esses não eram “pessoas de rua do bem”, ele também comenta. A remoção era necessária para preservar a segurança de todos que ali passavam... Segurança, mais uma vez em seu nome, o desprezo por direitos. Estariam essas pessoas, que foram removidas, seguras? Melhor dizendo, onde estariam essas pessoas em situação de rua, nenhuma com seu nome citado, que estavam ocupando a passarela do Viaduto? Sabemos pouca coisa sobre eles, quase nada eu arriscaria dizer. Mas, o pouco que é dito, depõem contra esses que estavam a prejudicar a passagem, e a visão de outros que, agora, vagueiam livremente por ali.

A ideia é de um Viaduto não mais abandonado, mas, revitalizado, limpo, com a passagem facilitada e um ambiente de segurança a todos que ali passam. Antes era o retrato do abandono,

---

<sup>27</sup> A reportagem mencionada aqui pode ser acessada em <<https://globoplay.globo.com/v/6919437/>>



da negligência do poder público, um retrato de uma Porto Alegre mal cuidada. Agora é o retrato daqueles que fazem alguma coisa. Das remoções de criminosos e usuários de drogas. Do DMLU à Brigada Militar, tratar pessoas em situação de rua como caso de limpeza e segurança, remete não à negligência, mas ao ato criminoso de limpeza social perpetrado por aqueles mesmos que deveriam nos proteger.

## Anexos

Consolidação dos Programas do Governo	Valor constante em LOA 2017	Valor constante em LOA 2018	Diferença percentual
<b>Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais.  (cód. 2019)</b>	29.825.065.509	28.701.521.406	- 3,76%
<b>Transferencia de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) (cód.8442)</b>	29.272.690.000	28.200.000.000	- 3,66%

TABELA LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS 2017/2018 REFERENTES AO BOLSA FAMÍLIA.

Tabela de elaboração própria de acordo com as fontes das leis orçamentárias anuais de 2017 e 2018 do governo Federal. Disponíveis em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2017/orcamento-anual-de-2017#PLOA2017> > <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2018/orcamento-anual-de-2018#LOA>>

Como é possível ver, há uma diminuição de mais de 3% no valor total disponibilizado ao Programa Bolsa Família.

Os próximos escritos não são de minha autoria tendo sido retirados diretamente do Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre (2018-2021). Sua presença aqui é para que o próprio leitor possa averiguar as análises feitas nessa dissertação, já que esse documento, não é, usualmente, conhecido e acessível. Peço desculpas pelos eventuais erros de formatação que aqui se encontrem. Como foram retiradas apenas as partes utilizadas nesse trabalho, aconteceram imprevistos em termos de formatação.

## **PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2018-2021)**

### **Cobertura da Rede Socioassistencial**

Com relação à oferta de serviços, esta se efetiva por meio da rede de proteção social básica e especial de média e alta complexidades, formada por equipamentos próprios e organizações da sociedade civil<sup>5</sup> de assistência social, distribuídos nas 17 regiões do Orçamento Participativo na cidade.

A rede socioassistencial da Proteção Social Básica própria é composta por 22 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde o principal serviço ofertado é o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias e o Serviço de Atendimento à Família – SAF executado na rede Parceirizada O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV próprio para diferentes faixas etárias: de 6 a 14 anos e 11 meses (480 metas), o Pro Jovem Adolescente para jovens na faixa etária de 15 a 17 anos e 11 meses (2050 metas) em parceria com organizações da sociedade civil e o atendimento para a população idosa com mais de 60 anos (850 metas).

Na rede parceirizada são ofertadas 9760 metas do Serviço de Convivência para Fortalecimento de Vínculos – SCFV na faixa etária dos 6 aos 14 anos e 11 meses, 1930 metas dos 15 aos 17 anos e 11 meses de Trabalho Educativo, 90 metas para a população adulta de 19 a 59 anos, 650 metas para pessoas acima de 60 anos e 18000 metas no Serviço de Atendimento à Família – SAF.

A rede própria de Proteção Especial de Média Complexidade é formada por 09 (nove) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. O CREAS, que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI para 1500 famílias, além do Serviço Especializado em Abordagem Social para Crianças e Adolescentes (28 técnicos sociais e 52 educadores) e População Adulta (19 técnicos sociais e 26 educadores

sociais) em Situação de Rua do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC. Compõe ainda, a rede de serviços próprios, o Serviço Especializado de Atendimento à População Adulta em Situação de Rua – Centro Pop I e II com 60 metas/dia e 160/metas dia respectivamente, além do Serviço de Atendimento à População Idosa no Centro Dia do Idoso localizados nas regiões Norte e Centro Sul da cidade com capacidade de 25 atendimentos/dia e 30 atendimentos/dia respectivamente.

Na rede parceirizada, a proteção social especial de média complexidade oferta 2146 metas para atendimento para pessoas com deficiência, em 20 (vinte) clínicas de habilitação e reabilitação, além do Serviço de Abordagem para crianças e adolescentes – Ação Rua (13 Núcleos) e população adulta.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade coordena o conjunto de serviços que garantem o atendimento integral a indivíduos e/ou famílias, em situação de risco pessoal e social no que tange ao abandono, à ameaça ou à violação de direitos, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e situação de rua. Esta população necessita de acolhimento institucional provisório ou de longa permanência, fora do seu núcleo familiar e/ou comunitário. A rede de acolhimento é formada por serviços direcionados a criança e adolescente, pessoas com deficiência, população adulta em situação de rua e idosos.

A rede de acolhimento a crianças e adolescentes é formada por 44 Casas Lares com 264 metas, 05 entidades de acolhimento com 190 vagas (Clínica Esperança, Lar São José, Pão dos Pobres, Lar Esperança, SOS Casa de Acolhida), 10 Abrigos Residenciais parceirizados com 200 vagas (OSICOM, Pão dos Pobres, Clube de Mães Idalina Vargas) e 02 Abrigos Residenciais próprios com 40 vagas com um total de 696. Em 2017, a FASC transferiu a gestão de 10 abrigos residenciais com um total de 200 metas através da realização de parceria, pela Lei 13.019/2014, mediante Termo de Colaboração.

Compõem a rede própria para a população adulta o Abrigo de Família (20 metas), Abrigo Municipal Bom Jesus (50 metas), Abrigo Municipal Marlene (50 metas) e o Albergue Municipal (120 metas). A rede parceirizada é formada pelo Abrigo Casa Lilás (30 metas), Lar Emanuel (40 metas), República para Indivíduos (24 metas), Albergue Felipe Diehl (145 metas) e Dias da Cruz (90 metas).

A rede de acolhimento para idosos é constituída por 4 serviços de longa permanência formada pelo Amparo Santa Cruz Orionópolis, Lar da Amizade, SPAAN com 260 metas, sendo que 10 destas metas são para idosos com deficiência visual e 1 Casa Lar para o Idoso com 24 metas. Da mesma forma, a rede de acolhimento para pessoas com deficiência é formada pelos serviços de

acolhimento institucional para neurolesionados, com um total de 126 metas. São eles: Associação Cegos Louis Braille, Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia, Casa do Menino Jesus de Praga, Lar Santo Antônio.

A rede de serviços socioassistenciais de média e alta complexidade teve avanços importantes com a unificação da coordenação de proteção social especial de média e alta complexidade numa única instância de gestão. Esta ação permite integrar e articular as ações das duas redes de serviços, articulando os territórios à rede de acolhimento.

A avaliação do período de 2014 a 2017 indica que houve ampliação da cobertura da rede de serviços socioassistenciais com a implantação do Centro Pop II com capacidade de atendimento de 160 vagas/dia e do Centro Dia do Idoso localizado na região Centro Sul da cidade com 30 vagas/dia (2014), da Casa Lar do Idoso (24 vagas), da reforma do Albergue Municipal (120 metas), da abertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas em situação de rua na faixa etária dos 18 aos 59 anos (90 vagas) e a ampliação do Serviço de Abordagem Social com a contratação de 20 técnicos de Nível Superior e 24 educadores para compor a abordagem descentralizada da população adulta.

Embora tenham ocorrido avanços importantes no período, também houve redução de metas na rede. Em 2014, foi desconveniada uma entidade de Longa Permanência – ILPI's com capacidade de atendimento de 148 idosos (Asilo Padre Cacique) e uma entidade de acolhimento para população adulta – (Casa de Passagem Viva com Esperança) com capacidade de atendimento de 15 pessoas.

### **Investimentos, Obras, Reformas e Manutenção dos Serviços Próprios Municipais:**

A área administrativa tem encontrado dificuldades na manutenção e conservação dos serviços próprios municipais, devido especialmente ao número reduzido de servidores nestas áreas, aos investimentos restritos ou inexistentes por parte da gestão municipal na provisão de máquinas e

equipamentos, materiais de insumos necessários à conservação dos espaços físicos. O município também não tem investido na construção de prédios próprios, optando nos últimos anos pela locação de imóveis.

### **Recursos Humanos: Contratação de Servidores e Formação Continuada**

A composição dos profissionais que atuam na política de Assistência Social de Porto Alegre é complexa, pois contempla os servidores que atuam nos serviços próprios da FASC, além dos terceirizados e parcerizados.

Dentre os trabalhadores que atuam nos serviços próprios temos 328 concursados, 17 adidos, 56 celetistas e 36 Cargos Comissionados. Os serviços próprios contam, ainda, com trabalhadores com outros tipos de vínculos como 299 postos de terceirizados responsáveis pela vigilância, portaria, limpeza, cozinhas, manutenção, entrevistadores sociais e 128 parcerizados para atuação nos CRAS e CREAS.

Em 2017, em decorrência do vencimento do prazo com a Sociedade Meridional de Educação - SOME que previa a contratação de profissionais para os 22 CRAS (PAIF), com 56 técnicos sociais (Assistente Sociais e Psicólogos), 40 educadores sociais e 11 advogados nos CREAS, bem como, 1 supervisor geral, 1 analista administrativo e 2 auxiliares administrativos, A FASC celebrou o Termo de Colaboração N. 004, de 01 de setembro de 2017, com fulcro na Lei n. 13.019 de 2014, com o Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria para a cogestão dos serviços PAIF e PAEFI que compreende também a disponibilização de equipes de referência formadas por 26 assistentes sociais, 26 psicólogos, 10 assistentes administrativos e 2 profissionais PCD para atuar no PAIF e 9 advogados, 30 educadores sociais, 3 assistentes administrativos para atuar no CREAS.

Na Fundação, a política de recursos humanos no período de 2014 a 2016 teve um incremento de 127 servidores, tendo ocorrido 17 nomeações em 2014, 56 em 2015 e 54 em 2016. Em 2014, foram nomeados 13 assistentes assistenciais, 1 engenheiro, 3 técnicos de enfermagem; em 2015, foram

nomeados 27 assistentes sociais, 22 técnicos de enfermagem, 4 técnicos em nutrição e dietética e 2 engenheiros e, em 2016, mais 29 assistentes sociais, 14 educadores sociais, 4 técnicos de enfermagem, 4 enfermeiros, 1 psicólogo, 1 arquiteto e 1 nutricionista.

No mesmo período ocorreram 138 vacâncias, sendo 25 (7 aposentadorias, 7 exonerações a pedido, 11 rescisões) em 2014, 68 vacâncias em 2015, sendo 4 aposentadorias, 2 exonerações, 4 exonerações a pedido, 58 rescisões, e 16 vacâncias (7 aposentadorias, 6 exonerações a pedido, 2 exonerações, 1 falecimento) em 2016. Em 2017 não tivemos nenhuma nomeação e houve 29 vacâncias de 12 assistentes administrativos, 4 educadores sociais, 8 assistentes sociais, 1 psicólogo, 2 administradores, 1 técnico de enfermagem e 1 técnico de nutrição e dietética.

De novembro de 2014 a fevereiro de 2015 foram desligados 69 servidores celetistas de acordo com a instrução normativa 001/2014, que previu o Programa de Demissão Voluntária – PDV. O pagamento aos servidores celetistas que aderiram ao Programa ocorreu através de 24 parcelas com reajuste pelo IPCA a partir da 13ª parcela, ocorrendo entre janeiro/2015 e abril/2017. O valor das parcelas foi calculado conforme disposto no artigo 13 da Lei 11.701/2014, que determinou a soma da remuneração do servidor adicionado ao valor do custo dele para a Fundação. De acordo com a CGRH o impacto na folha após o término do pagamento da última parcela, ou seja, a partir de maio/2017, significa que a FASC deixou de gastar R\$ 777.609,52 ao mês/R\$ 18.662.628,39 ao ano com a saída destes servidores. Os valores foram calculados com base na folha de pagamento de outubro/2014 sem a inclusão de reajuste aplicado posteriormente.



## **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORÇAMENTÁRIO – 2018 A 2021**

O planejamento Municipal de Assistência Social da gestão, dos serviços e programas para o período de 2018 a 2021 está definido a partir do plano Plurianual 2018-2021 – PPA conforme as orientações previstas no SUAS.

A FASC, enquanto órgão gestor da política municipal de Assistência Social tem por objetivo oferecer serviços e benefícios e executar projetos e programas para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social residentes no Município de Porto Alegre.

A Diretoria Executiva da FASC, gestão 2017 a 2021, assumiu como o desafio de organizar, qualificar e ampliar os serviços de assistência social, com a finalidade de obter uma entrega de serviços públicos mais eficientes para a cidade de Porto Alegre garantindo a defesa permanente dos princípios e diretrizes do SUAS.

A atual gestão recebeu um passivo de dívidas com fornecedores e conveniadas de aproximadamente R\$ 14 milhões e encontrou morosos fluxos de processos administrativos notadamente de licitações e de pagamento de despesas, o que dificulta sobremaneira a regular oferta do serviço público.

Não obstante as dificuldades, em 2017, a gestão viabilizou estratégias buscando a qualificação dos serviços públicos de assistência social, tais como:

- Reordenamento do serviço de acolhimento institucional de criança e adolescente, com a parcerização para execução do serviço com organizações da sociedade civil;
- Parcerização com a organização da sociedade civil para dar continuidade à execução dos serviços de PAIF e PAEFI, respectivamente, nos CRAS e CREAS.
- Reimplantação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS ampliados, por meio de parceira com organizações da sociedade civil.

A lei 13.019/2014, Marco Regulatório das organizações da Sociedade Civil, trouxe uma nova perspectiva de atuação do Poder Público junto a estas Organizações Sociais. Ao iniciarmos esta gestão, em janeiro de 2017, deparamo-nos com este processo de transição. Diante disto, iniciou-se uma série de estudos e simulações para verificar de que forma esta transição à nova lei seria mais eficaz e objetiva.

Frente ao contexto, a Gestão implementou as seguintes ações:

- Realização em setembro de 2017 do credenciamento das organizações sociais conveniadas com a FASC.
- Celebração de novos termos de colaboração com as OSC's já parceiras, visando dar continuidade às ações permanentes de assistência social de Porto Alegre

A partir de 2018 a FASC elaborará cronograma para realização de chamamento público, visando atender ao Marco Regulatório, relativamente às 156 OSC's credenciadas que somam 268 parcerias divididas em 22 regimes de atendimento.

Com relação às demandas do Orçamento Participativo estas não foram incluídas no presente Plano Municipal, pois elas serão executadas mesmo sem sua inclusão na proposta orçamentária da FASC, conforme disponibilidade financeira do município.

A fim de atender as orientações previstas na Política Municipal de Assistência Social a FASC elabora este Plano Municipal de Assistência Social com vigência a partir de 2018 até 2021.

## Referências

ALMEIDA, Patrícia Sene de. **ENTRE O DIREITO E A CARIDADE**: o processo de constitucionalização das políticas sociais brasileiras (1990-2010). INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, vol. 8, n.1, 2017, p. 185-205.

BARROS, Letícia Maria Renault de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 373-390, ago. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922013000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200010&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 20 de Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200010>

BARROS, M. E. B.; PIMENTEL, H. H. C. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 3-22, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti & BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDES, Anita. *Políticas da Existência no Campo da Saúde: O Público como Dispositivo*. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/20/TDE-2007-03-08T053803Z-400/Publico/387792.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/20/TDE-2007-03-08T053803Z-400/Publico/387792.pdf)> Acesso em: 1 jul. de 2017.

BORDIN, Erica Monteiro do Bonfim. **A posição das organizações da sociedade civil nas políticas públicas em porto alegre**: movimentos hegemônicos e contrahegemônicos. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUCRS. 2017. 235f.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. **Lei 8.069/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acessado em: 14 jun. de 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**; Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração. Volume 3. 1ª Ed. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/SUAS\\_Vol3\\_planos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol3_planos.pdf) Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL, 2005. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)> Acesso em: 13 jun. 2015.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS**, Lei Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em:<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)> Acesso em: 10 nov. de 2017.

BRASIL, **Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>Acesso em : 10 nov. de 2017.

BRASIL, 2016, **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.**

BRASIL, **LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13675-11-junho-2018-786843-publicacaooriginal-155823-pl.html> Acesso em: 30/08/2018

CARRARO, Dilceane. As categorias da política de assistência social na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social. Porto Alegre. 2016. 236f. Tese (Doutorado)

CINTRA, Mirela de. **Memorial, O Plano Individual de Atendimento Visto Como Uma Cartografia Singular.** Manuscrito não publicado. 2014. 16 p.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SATO, Leny. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 34, n. 1, p. 41-52, Mar. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2017000100041&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100041&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03/05/2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>.

COUTO, Berenice de Rojas. Assistência Social: direito ou bem-estar? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Foucault**. 1ª ed, Buenos Aires: Cactus, 2013.

FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor**: Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem fins Lucrativos e de seu campo de gestão. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP. 1999. Disponível em: [www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres\\_falconer.pdf](http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/andres_falconer.pdf)  
Acesso em: 7 jul. de 2017.

FARIAS, Kelen Dornelles. **Gestão do SUAS no contexto da rede privada : desafios para efetivação da política pública**. Diss. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2014. 137 f.

FERREIRA NETO, João Leite. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.31, n.3., p. 411-420, Jul-Set, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Estatégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Da Natureza Humana Justiça contra Poder**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 20 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). 1ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Revista NAU Social - v.8, n.14, p. 118-134 Mai 2017/Out2017. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/623/471> Acesso em: 30/03/2018

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. ISSN 1809-4449. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

IOCHPE, Eduardo Lewgoy. **A PSICOLOGIA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**: Histórias, Práticas e Lugares. Trabalho de Conclusão do curso de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. 35 p.

JACCOUD, Luciana; BICHR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: Transformações recentes e perspectivas. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 37-53, out. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002017000200037&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002017000200037&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 dez 2017. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201700020003>.

LARROSSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação e Realidade**, 29 (1), 27-44. 2004.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de Assistência Social no Brasil**: O Governo da vida pela proteção e inclusão social. 2015. 198f. Tese (Programa

de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional - Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOCKMANN, Kamila. **A Proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 317f Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79669/000902935.pdf?sequence=1> Acesso em: 10 jul. 2017.

MAGALHÃES, Luís Carlos G. de e COSTA, Carla Rodrigues. ARRANJOS INSTITUCIONAIS, CUSTO DA DÍVIDA PÚBLICA E EQUILÍBRIO FISCAL: A DESPESA “AUSENTE” E OS LIMITES DO AJUSTE ESTRUTURAL. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-. N 2403, 2018.

MARTINELLI, Tiago; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 18, n. 1, p. 104-112, June 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802015000100104&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100104&lng=en&nrm=iso). Acesso em 02/12/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802015000100010>.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 14, n. 1, p. 41-49, June 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=en&nrm=iso) Acesso em 20/12/2017 <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100005>.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEYER, Michael. **Use of words** – Language-games in mathematics education. Proceedings of CERME 6, Lyon France, 2009. [www.inrp.fr/editions/cerme6](http://www.inrp.fr/editions/cerme6)

NASCIMENTO, Maria Livia do. **Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 24, n. spe, p. 39-44, 2012 .

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jun. 2016

OLIVEIRA, Michel Lara de. **Linhas de cuidado, estratégias de controle:** problematizando as políticas públicas de assistência à infância e à adolescência. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. 36f.

PAIVA, Andrea Barreto de, [et al]. O NOVO REGIME FISCAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL. **Nota Técnica/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. N °27. Brasília: 2016.

REIS, Patrícia Lane Araújo. **Sistema único não significa sistema igual:** a contraditória participação das organizações da sociedade civil na política de assistência social / Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, PósGraduação em Serviço Social, PUCRS, 2013. 195f.

SALVADOR, Evilasio da Silva . O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE** , v. 3, p. 426-446, 2017.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive/** Jessé Souza; colaboradores Andre Grillo ...[et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SILVA, Aline Kelly da & HÜNING, Simone Maria. O plano individual de atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. In: **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social** [recurso eletrônico] / organizadoras: Lílian Rodrigues da Cruz, Luciana Rodrigues e Neuza M. F. Guareschi. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SILVA, Maísa Miralva. Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Qual política de assistência social queremos defender no contexto de crise do capital? **Argum.** (Vitória), v. 8, n. 2, p. 6-15, maio/ago. 2016.



SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013

STENGERS, Isabelle. **Entrevista**. Disponível em: <<http://www.revistadr.com.br/posts/gostas-da-vez-entrevista-dr-com-isabelle-stengers-e-vinciane-despret>>

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva)**. Rio de Janeiro: Revan. 2007. 476p.

WINTER, Gabrielly da Fontoura. **Não nos damos conta disso: uma análise dos discursos produzidos a respeito das políticas públicas de assistência social no jornal Zero Hora**. 2016. 78F Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), 2016.

VIEIRA, Fabíola Sulpino, BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 10. n. 3. 2016.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luis Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, June 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30/09/2018 <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000300009>.

VIEIRA, Fabíola Sulpino e BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. OS IMPACTOS DO NOVO REGIME FISCAL PARA O FINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL. **Nota Técnica Ipea**. Nº 28 Brasília, setembro de 2016.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10/10/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>.

**Obra de arte** <<http://kajsadahberg.com/work/no-unease-can-be-noticed-all-are-happy-and-friendly/>> Acesso em 3 de janeiro de 2018

**Reportagem de Zero Hora.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/viaduto-otavio-rocha-e-o-retrato-de-uma-porto-alegre-abandonada-8666405.html> Acesso em 3 de janeiro de 2018

**Plano Progredir** <http://mds.gov.br/assuntos/progredir/o-que-e> Acesso em: 30/03/2018

**Plano Municipal de Assistência Social de Porto Alegre (2018-2021).** Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_secao=120](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120) Acesso em: 20/03/2018

**Notícia** **FASC**  
[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p\\_noticia=999195936&UNID\\_ADES+DA+FASC+RECEBEM+2.500+PECAS+DE+ROUPAS+E+CALCADOS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=999195936&UNID_ADES+DA+FASC+RECEBEM+2.500+PECAS+DE+ROUPAS+E+CALCADOS)  
Acesso em: 20/04/2018

**Sobre o discurso do prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Júnior**  
Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/02/politica/613665-marchezan-quer-fim-de-carris-e-fasc-e-vender-procempa.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/02/politica/613665-marchezan-quer-fim-de-carris-e-fasc-e-vender-procempa.html)>> Acesso em: 30/04/2018

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: **INFOPEN** – Atualização junho de 2016. Organização, Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rosa [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65p

**Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília : Ipea, 2018. 176 p.

IBGE, 2010, **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes\\_Privadas\\_e\\_Associacoes/2010/fasfil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf)

**Discurso do presidente Temer** em 7 de maio de 2018. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-abertura-da-apas-show-2018> Acesso em: 30/06/2018

**Sobre o comentário do ex ministro do MDS Osmar Terra.** Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/governo-federal-lanca-pacote-de-acoes-para-promover-autonomia-das-familias-de-baixa-renda> Acesso em: 10/10/2017

**Resolução33/2012** do CNAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2012/cnas-2012-033-12-12-2012.pdf/download>

**Comentário do presidente Temer sobre o Progredir.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/quem-sabe-o-brasil-prospere-para-em-20-anos-nao-precisar-mais-do-bolsa-familia-diz-temer.ghtml> <acesso em 19 de setembro de 2018>

**Ver o nada, dizer tudo: uma carta com notas sobre uma reportagem higienizadora,** reportagem disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6919437/>

**Coluna de Luís Fernando Veríssimo.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/ninguem-ganhou-20275717> Acesso em: 13/10/2018

**Não fale em crise, trabalhe.** Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/michel-temer-faz-seu-primeiro-discurso-e-ministros-tomam-posse.html> Acesso em: 13/06/2018